



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

### **Ata da quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 23 de setembro de 2022**

----- Aos vinte e três dias do mês de setembro, do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1 - Análise e Votação de Ata:**-----

----- **1.1** Ata da 1ª Sessão Extraordinária, de 25 de abril de 2022;-----

----- **2 – Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **3 – Período da Ordem do Dia:**-----

----- **3.1** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Transferência de Competências para o Município no domínio das vias de comunicação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro; -----

----- **3.2** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da minuta de Protocolo a celebrar entre a ANEPC, o Município de Águeda e a AHBVA, para efeitos de regulação das condições de contratação e funcionamento da 3.ª Equipa de Intervenção Permanente; -----

----- **3.3** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, no âmbito do Evento “Comemorações de Elevação de Aguada de Cima a Vila – XXV Aniversário”;-----

----- **3.4** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito do Evento “Festas da Vila 2022”; -----

----- **3.5** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão e à Junta Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito da estrutura municipal de Proteção Civil do Município – ULPCBCA e ULPCVV; -----

----- **3.6** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo para limpeza de terras e execução de valetas na Travessa do Pardelo, em Barrô, e Construção de muros, passeios, valetas e aquedutos na Rua do Porto das Vacas, em Barrô; -----

----- **3.7** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para atribuição de Apoio Financeiro; -----

----- **3.8** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração de Protocolo para a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha, para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022;-----

----- **3.9** Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para a 3.ª Prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a concretização da delegação legal de competências;-----

----- **3.10** Tomada de conhecimento da Correção Material da 1.ª alteração à Revisão e Ampliação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão – Águeda.-----

----- **3.11** Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS;-----

----- Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT;-----

----- Miguel Onofre Guerra – PS;-----

----- Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;-----

----- Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----

----- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

----- Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

----- Gabriel Duarte Pires – PPD/PSD.MPT;-----

----- Rui Miguel Pires Moreto – CDS – PP;-----

----- Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

----- Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

----- Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente;-----

----- José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- Ana Rita Ferreira Ramos – CDS – PP;-----

----- António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

----- Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- Albano Marques de Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----

----- Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----

----- João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- Sérgio Manuel Santos Duarte – Tesoureiro da UF de Préstimo e Macieira; -----

----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

----- Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

----- Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – Juntos – Vereador; -----

----- Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

----- Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----

----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS - PP – Vereador; -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

----- “Boa noite a todos. Vamos, então, dar início à quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de vinte e três de setembro de dois mil e vinte e dois. Portanto, nós temos quórum, embora, faltando aí muitos efetivos, muitos Deputados, mas, de qualquer das formas, vamos dar início ao trabalho até porque a hora vai adiantada. Permitam-me, então, cumprimentar e saudar os Srs. Secretários da Mesa, os Srs. Deputados Municipais aqui presentes, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta e de União de Freguesia, público, também, hoje aqui presente e felicito-os pela plateia, de facto, bastante vasta hoje. Aos que nos assistem pela Águeda TV, as Sras. Técnicas da língua gestual também e à comunicação social aqui presente. Uma palavra de agradecimento, também, para os responsáveis, portanto, pela transmissão e pelo facto de assegurarem esta transmissão desta Assembleia, os Srs. Funcionários do Município. Ora, desejo a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todos um excelente trabalho para esta Assembleia. Que seja, de facto, profícua e que vá ao encontro daquilo que são as nossas funções em representação dos aguedenses.-----

----- Vou começar por dar nota da correspondência que recebi que, neste caso, não é mais do que as comunicações dos pedidos de substituição dos membros efetivos que manifestaram, portanto, indisponibilidade de estarem presentes:-----

### ----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- A Sra. Deputada Gisela Valente Pinheiro que está substituída pelo Sr. Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio, que está presente. A Sra. Deputada Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa que, também, se fez representar pelo Sr. Deputado Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro que, também, está presente. A Sra. Deputada Olívia Sousa Passos representada, também, neste caso, pela Sra. Deputada Ana Rita Ferreira Ramos que, também, está presente. E, também, a Sra. Deputada Ana Rita Pereira e em sua substituição foi comunicada a presença do Deputado Miguel Onofre Guerra, que eu julgo que ainda não terá chegado, mas que a todo momento, certamente, chegará e marcará presença. E, também, a indisponibilidade do Sr. Presidente de União de Freguesias de Macieira de Alcoba, Sr. Pedro Vidal, que está representado pelo tesoureiro, Sr. Sérgio Duarte. -----

----- Pronto, e quanto às substituições, eu julgo que estamos esclarecidos. Portanto, mais ninguém. Portanto, Srs. Deputados, foi, como habitual, disponibilizado por via eletrónica toda a documentação para esta Assembleia Municipal, pelo que, certamente, terão conhecimento e tomado nota da correspondência anexa. Ainda assim, se alguma coisa surgir, estamos à disposição. Portanto e, passando ao nosso primeiro ponto, o que temos é a análise e votação da ata.-----

### ----- ANÁLISE E VOTAÇÃO DA ATA -----

----- **1.1 - Ata da Primeira Sessão Extraordinária, de 25 de abril de 2022;** -----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da primeira sessão extraordinária de 25 de abril, sido aprovada **por unanimidade**. -----

----- Continuando, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, prestou os seguintes esclarecimentos:-

----- “Ora, temos de seguida o momento de intervenção do público e, ao público presente, apenas para esclarecer que nós temos, em termos de regimento, um período máximo de intervenção de vinte minutos. Por cada intervenção, cinco minutos, sendo que, eu peço que, se alguém, de facto, se quiser inscrever pedia-lhe o favor, eu não sei se nós temos microfone aí, se não, mas aqui, também, julgo que a acústica é boa, que comece por identificar o nome, de onde provém que é para poder ficar gravado, depois, em sede da gravação da ata, dirige-se aqui, pois, exatamente, não tendo lá em cima, dirige-se aqui. Portanto, do público, eu pergunto se alguém quer manifestar intervenção? Muito bem. Duas pessoas. Peço desculpa, o Sr. já se tinha manifestado anteriormente. É aleatório



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para si, não é? É pouco. Muito bem, então, faz favor de se dirigir aqui, por favor, ao púlpito. Só recordando, portanto, o nome e a localidade, portanto, a Freguesia. Muito obrigado.-----

### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **Munícipe Fábio Reis:** “Então, boa noite, sou o Fábio e venho em representação de Segadães. Fábio Reis, de Segadães. Então, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e membros do Executivo, Srs. Presidentes de Junta e restantes membros da Assembleia, boa noite a todos. Sou residente em Segadães e a questão que me leva a intervir tem a ver com a ampliação do cemitério que é um assunto que já foi abordado na Assembleia de Freguesia, mas que tem gerado algum descontentamento e, também, algumas dúvidas entre a população. Já tivemos a oportunidade de conversar com o Sr. Paulo Tavares, Presidente da Junta, mas há algumas questões que gostávamos de colocar aqui ao Sr. Presidente da Câmara, enquanto responsável máximo pelo Município. Temos quatro questões que passo a colocar. Primeiro, não percebemos como funciona e se é habitual a Câmara apoiar financeiramente as Juntas no caso de ser preciso adquirir algum lote para ampliação de um cemitério. A Câmara já tem apoiado ampliações de outras Freguesias. A Junta de Freguesia de Segadães e Lamas consultou ou pediu à Câmara algum apoio específico para a ampliação do cemitério? Em terceiro, no caso de um lote que se encontra ao lado do cemitério poder se comprado por um valor que se considere razoável, a Câmara teria disponibilidade para apoiar a Junta nessa compra? E, por último, se por caso for adquirido um lote com o apoio da Câmara, o que é que acontece com a receita da venda das sepulturas? E é tudo. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Faça o favor do seguinte inscrito se aproximar e peço, de igual forma, que se identifique.-----

----- **Munícipe Luís Seabra Lopes:** “Sim. Pronto, acho que já começo a ser conhecido. Boa noite, em primeiro lugar. O meu nome é Luís Seabra Lopes. Pronto, eu estou aqui para continuar a discussão sobre o problema da Ponte do Vouga e, portanto, a questão da salvaguarda da ponte do Vouga. Eu vou ler o que eu preparei para ser mais focado e não me dispersar. Portanto, é uma ponte que é um monumento único no distrito de Aveiro e na região centro. Esta afirmação não é, assim, uma coisa que saiu da minha cabeça puramente. Há estudos, alguns antigos, outros recentes, que realçam a importância da ponte, inclusivamente, a própria documentação que tem vindo a ser arrolada sobre a existência da ponte faz recuar, atualmente, à primeira metade do século XIII, portanto, década de mil duzentos e trinta, e há cada vez mais informação, facilmente acessível, para qualquer pessoa interessada se informar sobre o valor da ponte. Portanto, numa reunião desta Assembleia, no final do ano passado, defendi que era urgente fazer algumas reparações para prevenir mais danos, sobretudo, nos pilares que estão no leito do rio. Portanto, a seguir a um ano seco, como nós estamos a ter, até agora, pode vir um ano com muita chuva com cheias violentas que podem causar danos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

graves para a conservação da ponte. Nessa Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara respondeu-me e, passo a citar: “ A inspeção feita àquela ponte, mostra um estado muito mau de todos os elementos da ponte, desde a estacaria que é em madeira, aos pilares, aos quebra-mares, aos encontros, ao tabuleiro, a tudo, portanto, é preciso intervir em tudo e substituir, nomeadamente, o tabuleiro todo. É uma obra extrariamente cara.”. Pronto, enfim, eu já pedi, várias vezes, para reunir com o Sr. Presidente da Câmara na esperança de poder ajudar a desfazer alguns destes equívocos e, se calhar, até era desnecessário eu vir levantar certas questões aqui, mas, de facto, não tenho tido alternativa. A esse pedido, não tive resposta. Também pedi para consultar os relatórios das inspeções realizadas, igualmente, não tive resposta. Fiz outros pedidos, também, sem resposta. Insisti, várias vezes, e por vários canais, e continuei a não ter qualquer resposta. Portanto, desculpem trazer isto para aqui, mas, como digo, já esgotei todos os cartuchos em termos de tentar obter resposta aos pedidos que foram feitos. Acho estranho que os relatórios das inspeções feitas à ponte apontem problemas nas fundações ao nível da estacaria. Está bem à vista que a ponte D. João V está construída em cima da ponte do século XIII e as fundações da ponte do século XIII estão bem enterradas vários metros para baixo. Não creio que essas fundações tenham sido inspecionadas pela BETAR. É verdade que, no longo prazo, a ponte precisa de uma intervenção abrangente e é verdade que a eventual classificação da ponte, recentemente pedida com base nos estudos disponíveis, pode ajudar a obter o financiamento necessário para essa intervenção mais abrangente. No entanto, a ponte tem treze arcos, além dos dois que já caíram, mas estes não estão todos, igualmente, em risco. Verdadeiramente, em risco, estão apenas os três arcos que se encontram sobre o leito do rio. São só três arcos, cujos pilares têm bem evidentes fragilidades que têm que ser tratadas. Não é verdade que seja necessário, no imediato, intervir em tudo e substituir, nomeadamente, o tabuleiro todo. Isto não é verdade, não é urgente fazer isto. Isso, sim, custariam os tais dois milhões de euros de que tanto se fala. Também, não é verdade que a Câmara esteja de mãos atadas, pelo contrário, a Câmara não pode é ficar passivamente à espera que a ponte seja classificada para, depois, começar a fazer alguma coisa. A Câmara tem que fazer tudo o que está ao seu alcance e isso inclui fazer as reparações necessárias nos pilares que estão mais fragilizados e mais expostos. E não esquecer, já agora, que há um monte de lenha enorme que está encostado a um pilar há mais de um ano, que, também, em devido tempo, chamei a atenção para isso, está a acabar o verão e ninguém tirou esse monte de lenha. Como não sou engenheiro civil, tive o cuidado de contactar especialistas, incluindo, uma empresa especializada e um professor catedrático de engenharia civil, especialista em reabilitação de pontes e, dos dois lados, recebi a opinião que é urgente fazer reparações nos pilares. Portanto, em face do exposto, gostaria de saber que planos tem, atualmente, a Câmara relativamente à ponte. Obrigado.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais alguma inscrição do público para intervir? Mais ninguém. Muito bem, Sr. Presidente, quer usar da palavra, por favor? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Obrigado Sr. Presidente. Muito boa noite a todos. Boa noite, boa noite em especial ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Exma. Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, muito público que hoje nos assiste aqui presencialmente, é uma alegria termos esta casa cheia e, portanto, reitero o convite à toda a população de Águeda para, sempre que possam, nestas Assembleias aparecerem por aqui porque, às vezes, passam-se aqui coisas interessantes e, portanto, e com certeza alguns dos problemas que nos trazem aqui, também, naturalmente, que nos interessam. Vou procurar dar algumas respostas às perguntas que me colocaram. E relativamente à questão do cemitério de Segadães, eu queria aqui reiterar uma questão que todos nós percebemos, sentimos e sabemos todos que é assim. Efetivamente, isto é uma competência das Juntas de Freguesias, sobretudo, nos cemitérios que são propriedade das Juntas de Freguesias ou geridos pelas Juntas. No caso do Concelho de Águeda, só o cemitério de S. Pedro e o cemitério do Adro é que são geridos pelo Município. Portanto, todos os outros estão nas mãos e são propriedade, na maior parte dos casos, das Juntas de Freguesias. É o caso do cemitério de Segadães que é gerido e a gestão compete, exclusivamente, à União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas. Relativamente à questão do licenciamento, o licenciamento é, efetivamente, quando é preciso fazermos a ampliação do cemitério é preciso pedir licenciamento, um licenciamento que envolve várias entidades e, nomeadamente, coordenadas através da CCDRC, mas não é isso o que está aqui em questão. O que está aqui em questão e a pergunta que me foi formulada é uma coisa muito simples, é se a Câmara financia cemitérios. Eu diria que financiou, praticamente, todos os que existem e tem vindo a financiar. Ainda agora, este ano, por exemplo, estou-me a lembrar, por exemplo, que estamos a financiar os melhoramentos no cemitério de Travassô e, portanto, as obras não sei se já aconteceram, mas isso acontece. E, também, temos vindo a promover o financiamento de ampliações. Naturalmente, que são pedidos formulados pelo próprio Presidente, pela Junta de Freguesia, através do seu Presidente e que são, nas nossas decisões que temos que tomar anualmente e para a nossa atividade em cada ano, tidas em conta e, normalmente, isso acontece. A outra pergunta foi se a Junta pediu especificamente para este cemitério, não, não pediu, não houve qualquer pedido. O que é que acontece quando financiamos? Que eu saiba, nada. O financiamento, financiamos, como volto a dizer, praticamente, todos os cemitérios do Concelho, praticamente, todos e todas as receitas dos funerais e das próprias vendas das campas revertem inteiramente a favor das Juntas de Freguesias. Se me perguntarem se estamos disponíveis, naturalmente, que é um assunto que tenho que tratar com o Sr. Presidente da Junta, mas, ele, perante a urgência – alias, eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

posso dar aqui o exemplo recente, muito recente, que tivemos que adquirir uma casa no largo da Sra. da Saúde, em Fermentelos, para fazer a ampliação do cemitério, porque, do outro lado, está o campo de futebol e não dava e, portanto, promovemos, aliás, a Câmara financiou inteiramente a aquisição de uma casa para a ampliação do cemitério que está a ocorrer e, portanto, isto acontece. Penso que respondi a tudo. Relativamente à questão que me é colocada relativamente à Ponte do Vouga. A Ponte do Vouga é um processo de classificação em curso. A Direção Regional de Cultura do Centro e, nomeadamente, os serviços de arqueologia já estiveram. Nós lamentamos, efetivamente, o facto de não haver uma classificação anterior que nos tem impedido de acorrer a financiamento. E, relativamente, ao estado da ponte e, até, chegar e aceder aos dados e, até, obter esclarecimentos, eu queria-lhe dizer que a Câmara, em dois momentos diferentes, teve duas inspeções pela BETAR. A empresa é uma empresa especializada nestas circunstâncias e, naturalmente, que fez para a Câmara, uma em dois mil e dois, imediatamente, a seguir à queda da ponte em Entre-os-Rios. Nessa altura, eu não estava na Câmara e quando chegámos à Câmara não havia ninguém que nos desse conhecimento desse estudo e, portanto, nessa altura, mesmo quando fomos confrontados com a própria BETAR de que teria havido, portanto, uma inspeção a essa ponte feita por esses especialistas, na altura, não se encontrava, não foi possível encontrar no Município esse documento, o relatório da inspeção. E, depois, cerca de alguns meses antes da ponte, efetivamente, cair, pedimos esse relatório da inspeção. Já várias vezes expliquei o que é que aconteceu, já várias vezes expliquei o teor do relatório que me foi presente naquela altura e, neste momento, e posso-lhe dizer, passo-lhe, sem qualquer dificuldade, total autorização, até, para se fazer consultar eu posso-lhe mandar junto da BETAR porque eu acho que são as pessoas que estão mais habilitadas para lhe dar um conjunto de respostas técnicas que, uma vez que, quer fundamentar mais, e mais, e mais, e mais, eu acho que nada como ir à fonte, porque, qualquer coisa que eu lhe diga, o Sr., provavelmente, vai – e legitimamente – dizer não é técnico. Eu, eventualmente, não saberei, exatamente, não terei conhecimentos, também, de engenharia civil para isso. Mas, digo-lhe, que o conhecimento que me deram e, sobretudo, a informação que me foi veiculada, é que, efetivamente, a ponte precisa de intervenção em todas, aliás, antes de cair, já precisava de intervenção em todos os elementos estruturais daquela ponte. Os relatórios, o primeiro e o segundo, são, absolutamente, inequívocos nisso e aquilo que eu lhe disse corresponde inteiramente à verdade. Mais, já da outra vez lhe disse e volto-lhe a dizer que o pilar que causou instabilidade e que provocou a queda da ponte é o pilar que está em pé, no leito do rio, portanto, na margem, no sentido da margem direita. Aquele pilar que ficou em pé foi o pilar que foi responsável pela queda da ponte porque tem, efetivamente, grande instabilidade. O teor dos trabalhos propostos para reabilitação, são, efetivamente, de grandíssima complexidade, até, porque, nós não queremos fazer um mamarracho em cima daquela ponte, nós





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

gostaríamos todos de recuperar aquela ponte, com aquela traça. Era isto que era o objetivo e será o objetivo. Volto a dizer-lhe uma coisa que é, claramente, financeiro. Nas várias tentativas que tivemos de financiamento, através de variados programas, invariavelmente, nos aparece o seguinte: do ponto de vista económico, aquela ponte não vai ter financiamento. Portanto, nós temos, apenas e só, uma saída, classificarmos aquela ponte como imóvel de interesse cultural. Classificá-la, se possível, como monumento nacional. Lamentavelmente, não está e volto-lhe a dizer o seguinte, nem sequer a ponte medieval que está cá atrás, em Lamas, também não está. E, portanto, nós precisamos dessa classificação para termos acesso, termos veicidade de ter acesso a financiamento. Quanto ao resto, parte do interesse económico e destas coisas todas, há uma gestão financeira que eu tenho que fazer e a Câmara Municipal não tem capacidade sozinha para intervir naquela ponte. Os dois, cerca de dois milhões de euros que falávamos era a preços antigos. Não sei se toda a gente está atenta, mas os preços dispararam. Neste momento, estamos a falar de três ou quatro milhões. Todos os estudos, todos os pedidos de financiamento que pedimos, invariavelmente, os pareceres técnicos que nos surgem das diversas entidades a quem pedimos financiamentos e a quem concorremos para concurso, dizem-nos, a duzentos metros há uma ponte, perfeitamente, funcional. Portanto, do ponto de vista da passagem das pessoas, ela está garantida daquela forma. Que todos nós queremos recuperar o tal monumento, que não é? E não é porque nunca houve processo de classificação, lamentavelmente. Estamos, antes de tempo, indiscutivelmente, a tentar classificá-la. Este é o processo e esta é a forma. Eu lamento, mas há um conjunto de decisões que nós, que temos as coisas e, nomeadamente, as questões financeiras em mãos da Câmara Municipal, temos que tomar decisões. Não é encostar lá um molho de pedras que resolve a segurança da ponte. Qualquer intervenção, o que me é dito, e pelos técnicos e, já agora, posso-lhe dizer, tive técnicos, também, altamente especializados, nomeadamente, de algumas empresas de renome, posso-lhe indicar uma, por exemplo, que lá esteve, que é a Teixeira Duarte, que nos fez uma proposta de orçamento e sabe uma coisa? E, portanto, aquilo que eu lhe digo corresponde, inteiramente, àquilo que me foi dito e são esses elementos. Não, lamentavelmente, não é os que o Sr. me diz porque não são esses, com base nesses, que eu posso lançar um concurso público. Compreende isto? E, atenção, admiro e reitero a vontade que tenho de o ver interessado. Estamos, completamente, disponíveis a percorrer os caminhos porque se alguma coisa, também, eu, também, nós, gostaríamos de ver aquela ponte recuperada. Vamos continuar. E sabe uma coisa? Isto não é uma guerra de nós contra si, nem de si contra nós. Vamos colaborar, se tem meios e outras formas de lá chegar... agora, perceba uma coisa, é muito dinheiro e precisamos de financiamento. É esta a minha questão e, portanto, eu acho que estamos a ser claros e inequívocos. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Munícipe Luís Seabra Lopes:** Sr. Presidente, eu não vou à BETAR pedir os relatórios. Os relatórios são vossos.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Vai-me desculpar, isto tem regras, tem protocolos, portanto, não é essa a forma. Compreendo, inteiramente. Em todo o caso, foi-lhe dado algumas instruções no sentido de tentar obter as suas respostas. Se puder aproveitar por aí, pois, eu não estou a ver de outra forma, ou, entretanto, de uma forma já mais à margem desta Assembleia, depois, entretanto, poderá sempre falar com o Sr. Presidente, obviamente. -----

----- **Munícipe Luís Seabra Lopes:** Eu, até agora, não consegui.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Portanto, ultrapassada esta questão, aliás, este ponto de intervenção do público e não havendo mais direito de resposta ou qualquer outra intervenção, passamos, então, ao período, antes da ordem do dia, nos termos do artigo 24.º do Regimento, vou aceitar inscrições. Sr. Presidente da Junta Paulo Tavares, Sr. Deputado Gabriel Arsénio, mais alguém já? Não. Faz favor, Sr. Presidente. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:** -----

----- “Boa noite Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. colegas Deputados, público aqui presente, maioritariamente, da minha Freguesia, sejam bem-vindos. O assunto não é o mais agradável, mas as coisas são mesmo assim. E para começar, realmente, pelo assunto do cemitério, acho que as questões foram muito bem colocadas e foram muito bem respondidas. Portanto, eu quero agradecer, também, ao Sr. Presidente da Câmara, de facto, a forma clara como respondeu, acho que não ficam dúvidas para ninguém. Em relação à minha intervenção, eu queria, eu queria só deixar aqui, nem são questões, são três notas ao Sr. Presidente. Em primeiro lugar, felicita-lo pelas obras na Igreja da Trofa, é um monumento nacional. Foi um investimento bastante elevado, cerca de trezentos ou quatrocentos mil euros, não sei de cor, mas, até, o meu agradecimento não só pela obra em si, é mais, até, pelo cuidado que houve a determinada altura com o telhado. De facto, fez-se ali uma coisa como deve de ser. Quando está mal, a gente, não é, queixa-se, quando está bem, também, tem que dar os parabéns. E acho que foi, de facto, uma coisa que a todos dignifica, não só a Freguesia, como, também, ao Concelho de Águeda. Também dizer que, em relação à obra da Mourisca, portanto, as reclamações foram mais que muitas. O Sr. deve ter apanhado dois por cento delas, não é, eu apanhei o resto todo. É evidente que isto, hoje em dia, toda a gente fala para nós para reclamar. Eu pedi esta obra durante três anos. Ela não foi executada exatamente como eu a tinha pedido, como eu tinha na ideia porque eu, também, não tenho conhecimentos técnicos para isso, mas, de facto, o que foi proposto e o objetivo da obra, que é a limitação da velocidade e criar ali uns espaços verdes. Eu gosto da obra. É evidente que no meio de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma obra daquelas, em cem coisas, se calhar, fizemos bem noventa ou noventa e cinco. Houve muita coisa que até foi alterada durante a execução da obra que melhorou. Eu estou muito satisfeito. Penso que as pessoas, depois, quando começarem a utilizá-la que, também, valorizarão. Já se nota em termos de fluidez de trânsito, etc. Aquilo que ficou menos bem feito, eu penso que nós, e sabe quem eu estou a falar, confio que nós para o ano, daqui há dois anos, a gente consiga resolver aquilo. E, por fim, é para me penitenciar, porque, eu, há aqui uns anos, o Sr. colocou aqui um projeto, eu acho que eu votei contra ou absteve-me, que era do beÁgueda e o beÁgueda era aquelas questões das bicicletas. Eu sou-lhe sincero, eu nunca achei muita piada àquilo, nunca achei que aquilo ia ser útil, mas, a verdade é que é, e muito. E muito. É um verdadeiro sucesso. Eu falo, pelo menos, lá na minha Freguesia, toda a gente de Pedações pedem, pedem mais bicicletas na Mourisca, pronto, olhe, também tenho que me penitenciar, não é? Também não pensei muito bem. De facto, eu penso que o Sr. Presidente até tem aí um projeto de ampliação da rede, pelo menos lá eu tenho – e já fiz sentir aqui à Câmara Municipal – tenho muita gente a pedir, é um verdadeiro sucesso, talvez, pela parte mais plana, não sei. O que é certo é que muita gente utiliza para vir a Águeda, muita gente utiliza, até, para se mover na Freguesia, foi um verdadeiro sucesso. Pronto, obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente Paulo Tavares. Sr. Deputado Gabriel Arsénio, faz favor.-----

----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Obrigado. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, público aqui presente, público presente pela transmissão online, todos quantos tornam possível esta Assembleia Municipal, os meus cumprimentos. Regressados do período de férias, espero que venhamos todos com as energias renovadas, com espírito liberto, com foco, com determinação e vontade de nesta Assembleia fazermos o melhor por Águeda e pelos aguedenses e que esta Assembleia seja sempre capaz de ultrapassar as diferenças de opinião e de pontos de vista e de convergir no essencial. Continuamos a viver tempos de incerteza com a invasão, ainda em curso, à Ucrânia, com a instabilidade dos mercados a pautar o dia a dia e não sabemos o que podemos esperar do dia de amanhã. Mas, o que todos esperamos é que tudo se resolva da melhor forma e o mais célere possível. Posto isto, começar por dizer que Águeda viveu o verão de forma muito intensa e vibrante. Desde logo, a décima quinta edição do AgitÁgueda, é por todos reconhecida como a melhor edição de sempre. Foram vinte e três dias em que Águeda esteve repleta de cor, música, alegria, cultura, arte e em que todos os caminhos vieram dar a Águeda. Nas televisões nacionais, nos roteiros internacionais foi uma loucura o que aqui se viveu. E as multidões, os milhares de pessoas que todos dias vieram a Águeda levam o nosso nome pelo país e pelo estrangeiro e com vontade de aqui



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

voltarem. O rio Águeda voltou a ter uma piscina fluvial, que foi um complemento incrível ao festival e dinamizou o rio, permitindo a todos, nas tardes de maior calor, um ambiente espetacular e, agora, depois de desmontado, ter outras valências. A “Feira das Lambarices”, voltou a ser um êxito e a provar que, com pouco, mas com muita vontade e determinação, se pode fazer muito e a aposta nas bandas tributo foi acertada e aclamada por todos. O comboio histórico da linha do Vouga, único no país em tal formato e tão singular exemplar em pleno funcionamento e estado de conservação, voltou a circular e a deliciar a quem nele viaja, quem o vê passar e quem o espera nas estações por onde passa. Depois, também, as bandas filarmónicas numa parceria entre a Câmara Municipal e a UBA, levaram espetáculos a várias Freguesias do nosso Concelho, numa ação de descentralização da cultura e de reconhecimento pelo importante papel que estas coletividades têm na formação cultural e musical dos jovens do nosso Concelho, uma aposta ganha e com muito mais para dar no futuro. Foi, também, assinado o contrato que formalizou o apoio de quarenta milhões, financiado a cem por cento pelo PRR, essencial para a construção da nova ligação Águeda-Aveiro, com todas as mais-valias que sabemos que nos vai trazer ao nosso Concelho. O realizar deste desejo antigo é sinónimo de redução de custos e de tempo de viagem entre os dois Municípios, com a natural vantagem também em questões ambientais, além de fomentar a indústria e o tecido urbano e, também, retirar da Estrada Nacional 230, principalmente, o tráfego mais pesado. Mas, todo este fulgor e dinâmica que Águeda viveu nestes meses, é alicerçado por importante e fulcral rigor financeiro, com a execução orçamental de receita e despesa a atingir resultados muito positivos e a provar que a gestão que aqui é feita, é bem feita. Apesar disto tudo, não há lugar a deslumbramento e abrandamento. Os aguedenses sentem o compromisso do Executivo, mas desejam sempre mais e melhor. E avizinha-se o Natal deste ano e, mais uma vez, querem as suas expectativas superadas. Se fizermos alguma coisa igual ao que já foi feito, nada será acrescentado de valor e o entusiasmo baixa, mas, se todos os anos formos surpreendidos com inovação e distinção, cada vez mais Águeda será exemplo, será referência, será destino e a sua posição será consolidada. Sr. Presidente da Câmara e a restante equipa, é isto que nos move e o que Águeda precisa continua a ser feito, que continuemos o caminho e que possamos ter uma reta final de ano também ela pujante e um Natal como todos merecemos. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara. Aproveitando já aqui para estarem aqui os munícipes que colocaram perguntas ao Sr. Presidente da Câmara. E, em relação a isso, o Sr. Presidente da Câmara respondeu aquilo que bem entendeu. Há aqui uma primeira questão, porque é que um munícipe, que veio colocar a questão da Ponte de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Lamas, não tem acesso ao relatório? Simples. Portanto, que lhe seja dado esse acesso. A segunda questão, é que ele não pôde fazer o contraditório Sr. Presidente da Assembleia. É porque o PSD chumbou o segundo período de intervenção do público que permitiria a este Sr., no final, vir, outra vez, fazer perguntas ao Sr. Presidente. Consequências daquilo que decidiram para calar as pessoas. Em relação ao cemitério, chegamos aqui a uma conclusão que era simples e evidente, porque é que já não está resolvido? O Sr. Presidente da Junta não compreende porque é que não pediu, não solicitou, visto que o Sr. Presidente da Câmara – e bem – tem feito tudo em todo lado. Portanto, é tão simples, chegaram aqui a um acordo, é tão simples, que não se espere, e para semana, para a semana, são cinco dias, haja um encontro para que seja resolvida a situação, visto que os dois a querem resolver. Meus senhores, há cinquenta anos entrei na política. Há quarenta anos fui eleito Presidente da Assembleia de Freguesia de Lamas do Vouga. Muito tempo. Certamente, aqui, não haverá pessoas que o tenham feito por este tempo todo. E, há cinquenta anos e há quarenta anos, discutia-se. Há cinquenta anos, antes do 25 de Abril, greves, PIDES, vivi essas situações todas. Há quarenta anos, já depois do 25 de Abril, discutíamos, acerrimamente, nestas Assembleias, no povo, nas Assembleias de Freguesia, cada um de nós tinha as suas ideias. Discutíamos – e estão aqui algumas pessoas que eu conheço – discutíamos, acaloradamente. Às vezes, ofendíamos-nos, mas porque acreditávamos, participávamos. E, isto tudo, porque havia a democracia. A democracia faz-se do debate, do diálogo, da contradição, às vezes, da ofensa, do contraditório, da resposta a essa ofensa. Meus senhores, em Águeda, neste momento, não há democracia, há só silêncio. Desde o início deste mandato, há um ano quase, eu venho a falar nisso, há só silêncios. Silêncio das pessoas que podem não estar interessadas, mas isso é cada um por si, mas um silêncio inaceitável de membros desta Assembleia que foram eleitos para representar as pessoas, que foram eleitos para vir aqui discutir esta questão de Segadães ou outras, que foram eleitos para tomar posição e fiscalizar a Câmara e quando se acusa a Câmara de, por exemplo, fazer uma obra mal ou de desviar dinheiro para uma obra mal, ou de desviar dinheiro para outra situação, nós temos que discutir isso, não podemos ser silêncios. A democracia em Águeda, neste momento, está adormecida. É pior que qualquer ofensa que nos possam fazer a nós, é o silêncio. Em relação ao Sr. Presidente da Câmara, perguntas simples. Foi feito um contrato com uma empresa para a elaboração do plano estratégico de desenvolvimento económico e inovação, normal, esse contrato foi feito com uma empresa de nutrição, menos normal, mas que tem, também, nas suas diversas funções a elaboração e protocolos para planos de desenvolvimento. A pergunta, Sr. Presidente, viemos a saber, por resposta do Sr. Presidente do PSD a um perfil falso – isto é, um dirigente político, ingenuamente, responde a perfis falsos no Facebook, mas isso é lá com ele – que tinha sido a empresa dele a contratada e alega lá o que ele quiser, pronto, essa parte já não é comigo, mas diz lá uma coisa brilhante em relação à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

democracia que eu falei antes. A certa altura, diz isto para justificar “- Até já contratei um elemento, ele é militante do PS .”. Ora, um Presidente do PSD que diz isto revela logo ser idoso na política. Revela logo fazer os mesmos erros que se fizeram nos anos oitenta e noventa. Revela logo ser uma pessoa retrógrada que está lá atrás, que não pensa. Quando se tenta justificar a sua opção, as suas competências porque tem alguém de outro partido a trabalhar com ele, isso não nos interessa. Interessa é a competência da pessoa que trabalha com ele. É mesmo aquela pessoa que vive no submundo da política, no pior que há na democracia, que é os amiguismos, que é os favores, que é os interesses e que é e que são os silêncios. E a pergunta é tão simples, é esta Sr. Presidente: porque escolheu esta empresa? Visto que, não tem nada contra a empresa, contra o Presidente do PSD, contra a sua competência. Não tenho nada a ver com isso, acho eticamente inaceitável, mas, isso, cada um tem a ética que tem. Eu só quero saber é, Sr. Presidente, e a outra pergunta e questão é, que me seja entregue, com a brevidade possível – pode ser já para a semana por e-mail, porque ele está feito – o relatório do gestor do processo, que me seja entregue o relatório onde ele justifica a escolha da empresa. Portanto, para a semana, um e-mail, carregar, eu recebo, logo, no minuto seguinte, acho eu que demora para aí menos que uns segundos, não é preciso demorarmos muito tempo. Segunda questão, ouvi aqui falar uma pessoa, ainda agora e, em várias coisas, falou numa coisa que é um marco de Águeda, que é o aparecimento do AgitÁgueda, há quinze anos, é um marco hoje, e espera-se – e eu conto que sim e vai, certamente, será um marco, também, do futuro de Águeda. Tem que se renovar, tem que ter essas novas qualidades, essas novas coisas todos os anos que são surpresas e que o vão melhorando. Há aqui só um problema, Sr. Presidente. O AgitÁgueda é um evento da liberdade, onde toda a gente entra, está o tempo que quer, ou não vai ou vai, usufrui de uma quantidade e de uma panóplia de atividades culturais, desportivas, de animação, que são fundamentais para a formação da pessoa, mas é um evento da liberdade por isso mesmo. Cada um de nós é igual ao dos outros e pode lá ir. E em relação à pessoa do PSD que interveio antes, a novidade, por acaso, é negativa. É o primeiro ano em que um espaço AgitaKids, que é anunciado como gratuito nos cartazes, é pago. Portanto, logo a primeira contradição, é anunciado como gratuito nos cartazes e aparece a ser pago. Sendo pago, limita o acesso às pessoas e, logo, às crianças. Foram as únicas pessoas em quinze anos, até este ano, a ser impedidas de ir por causa dos custos que tinham para a sua utilização. Um erro e não progressos. Espero que para o ano se dê a volta por cima, porque estamos a falar de um evento que custa mais de um milhão de euros. É inaceitável que as crianças paguem as atividades. Em relação ao resto, temos que renová-lo, impulsioná-lo, melhorá-lo constantemente e é uma marca incontestável de Águeda, na minha opinião. Outra questão que eu tenho aqui para pôr – deixe-me cá ver, já me perco aqui nas folhas todas. Ontem, houve uma reunião da Câmara, Sr. Presidente da Câmara. O PSD proibiu a transmissão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

das reuniões da Câmara, é preciso que as pessoas aqui saibam. Proibiu. Portanto, vocês podem assistir a estas porque estão gravadas, chegam a casa e vêm-na hoje, ou daqui a um mês ou daqui a três meses ou daqui a um ano e estão lá gravadas. As da Câmara não podem assistir porque o PSD acha que não se deve saber o que lá passa. Portanto, quando nós, os membros da Assembleia, que temos que fiscalizar as ações da Câmara, chegamos aqui é só porque nos contaram alguma coisa. Ontem, na reunião da Câmara, o Sr. Presidente solicitou uma autorização para, no Natal em Águeda de dois mil e vinte e dois, fossem elaborados contratos com determinado tipo de pessoas que lá vão estar no recinto ou não ou outros, sendo a responsabilidade, logicamente, dos contratos do Sr. Presidente e do Sr. Vereador. Ora, meus senhores, isto é abrir a porta à corrupção. Isto, é uma das coisas que foi alterada na lei em dois mil e dezassete em que fecha isso, porque, eu posso chegar àquele e levar “tanto” e ao outro X, Y ou Z porque a mim não me apetece ser igual, ou, posso não-levar nada, ou posso receber mais, ou menos, depois, ou posso fazer qualquer coisa. Não. O Sr. Presidente deveria apresentar um regulamento de aluguer dos espaços ou outro regulamento qualquer daquilo que pretendesse, esse regulamento seria provado em reunião de Câmara e seria público para todos. Não, assim, o PSD aprovou que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador podem fazer os negócios que eles entenderem, como pessoas de bem que são, mas que eles entenderem, com quem quiserem e como quiserem. Está mal. Outra situação, fomos, também, surpreendidos com a entrega de casas a sete famílias de refugiados. E surpreendidos, digo eu, porque houve uma nota da Câmara que foi para os jornais com fotos das casas e com uma foto de uma cerimónia pública neste Salão Nobre de pessoas que são refugiadas de guerra. Pessoas a quem deveríamos ter o máximo de cuidado com a privacidade, não só pela sua segurança ou sua especificidade, mas, fundamentalmente, também, para que não haja, depois, comportamentos de, nas redes sociais ou outros, ou, pessoalmente, a dizer que “lá vêm eles, ocupar as nossas casas; estamos a dar casas aos de fora em vez de darem aos nossos”, porque as pessoas têm o direito de dizer tudo e disseram nas redes sociais abundantemente. Meus senhores, isto é mau de mais de insensibilidade social. Isto é mau de mais de responsabilidade de um Executivo, expor pessoas, a sua privacidade a questões de segurança, a expor pessoas a que possam dizer mal delas como estiveram a dizer nas redes sociais, sistematicamente, ao longo de tempos. Não é admissível este erro, só para aparecerem em fotos populistas que estão a entregar casas a pessoas coitadinhas. Espero que no Natal de dois mil e vinte e dois não venham pedir autorização às pessoas para tirar fotos com elas quando estiverem a entregar os cabazes de natal aos mais necessitados, como se fazia antes do 25 de Abril, em que eram postos em fila, em que as pessoas distribuíam as coisas e isso era filmado, saía nas televisões e isso era tirado fotos, saía nos jornais, dar coisas ao pobrezinhos. Espero, francamente, porque isso é mau de mais, o que fizeram é mau de mais, pensaram, e eu sei que não o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tornarão a fazer. Por último – deixe-me só ver aqui mais uma coisa, desculpe lá. Lemos que foi revogado o contrato do Centro Cívico da Arrancada. Portanto, o Centro Cívico da Arrancada foi aprovado, em setembro de dois mil e vinte, a sua construção, trezentos mil euros. Foi feito o concurso, foi ganho. Foi iniciado e atribuído em maio de dois mil e vinte e um para ser feito em cento e oitenta dias. Passaram os cento e oitenta dias, nada foi feito. Passaram os trezentos e sessenta dias, nada foi feito e, perante isso, agora, em agosto, a Câmara acabou com o contrato dizendo que, talvez, em dois mil e vinte e três, vá fazer outras obras, etc., etc., etc. Tudo bem. Nesse contrato, está escrito que o empreiteiro, que tinha que fazer aquilo em cento e oitenta dias, que não o fez, que não o fez nem cento e oitenta, nem em trezentos e sessenta, nem em quatrocentos dias, que não o fez, não queria uma indemnização. Vejam lá, ele ainda se dá ao luxo de dizer que não queria uma indemnização. O que eu quero perguntar ao Sr. Presidente é o contrário, porque é que não colocou as multas, que são de lei ao empreiteiro por nunca ter, sequer, iniciado a obra quando já devia estar feita há mais de um ano.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado. -----

----- **Deputado José Vidal:** E concluo. Obrigado, Sr. Presidente. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais alguma inscrição para intervir? Sr. Deputado, Jorge Melo, por favor.-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:**-----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Presidentes de Juntas, colegas Deputados, público, gente conhecida, gente boa da nossa terra, comunicação social e quem nos vê na Águeda TV. Eu vou procurar ser bastante rápido no pouco tempo que tenho. De algum tempo a esta parte, tenho vindo a solicitar ao Sr. Presidente da Câmara uma atenção redobrada no que toca à situação dos caixotes de lixo e dos locais onde eles estão, portanto, colocados nas estradas, para que se criem condições para que estes estejam melhor acomodados. Vejo, com satisfação, que estamos no Município a substituir todos esses caixotes de lixo, estamos a colocar mobília nova em casas velhas porque não temos condições adequadas para os receber. Vai acontecer o mesmo que aconteceu até aqui, vão-se partir, com o vento vão cair e afins e, portanto, pedia aqui alguma atenção a esta situação. Já, também, falei aqui, algumas vezes, no que se relaciona à mobilidade e aos acessos à cidade. Continuamos a ver, em especial, nas horas de ponta uma dificuldade tremenda nas acessibilidades no que toca a Águeda-Norte e Águeda-Sul, a entrada na cidade e ali a zona da Cerâmica do Alto. Bem sabemos que isto é a Nacional 1, que não é propriedade da Câmara Municipal, mas, tendo em conta que há aqui uma proximidade agora ao Sr. Ministro, até conseguimos que houvesse aqui concertação de esforços para a ligação Águeda-Aveiro. Penso que com um bocadinho de diálogo isto, também, se consegue resolver. E não poderia deixar de falar na situação que alguns fregueses da União





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas aqui trouxeram. O Sr. Presidente da Junta, também, já deu alguns esclarecimentos, bem como, o Sr. Presidente da Câmara. À Junta o que é da Junta, à Câmara o que é da Câmara. Sr. Presidente da Junta está legitimado para fazer aquilo que quiser e bem entender porque está no exercício do seu mandato. Não é disso que eu venho falar aqui. Venho falar aqui da legalidade da obra. E, nesta perspetiva, quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se tem conhecimento, ou não, de que aquela obra está a ser efetuada? Questiono, também, de quem é a propriedade do terreno. É importante reforçar aqui que isto não se trata de um alargamento do cemitério, nem de uma obra do cemitério porque isto é feito fora da zona contígua a esse mesmo cemitério. Gostaria, também, de tentar perceber se o PDM permite a construção de um cemitério naquela zona. A não existir nada disto, e termino já, a não existir nada disto, questiono o Sr. Presidente da Câmara como é que tenciona resolver o problema, até, porque, já temos, portanto, um defunto naquela zona, portanto, está aqui um problema delicado para a eventualidade de esta obra não cumprir as especificações legais. Ainda nesta matéria, importa dizer que toda aquela zona envolvente, foi um loteamento da Câmara Municipal, de há muitos anos a esta parte, a custos controlados e não parece, nesse mesmo loteamento, se coadune aquilo que ali está. Não ponho em causa a necessidade. Acho que não se coaduna naquele espaço, acho que merecia outra apreciação. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Ora, mais alguma inscrição? Sra. Deputada Ana Miguel, faz favor, por favor.-----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Eu peço desculpa, mas, a mulher do Humberto teve um acidente e por isso é que ele teve que se ausentar, mas está tudo bem. Ora bem, obrigada Sr. Presidente, obrigada. Quero cumprimentar os membros da Mesa, o Executivo, o público e todos os meus colegas de bancadas. A razão que me traz aqui hoje é uma razão, diria eu, pessoal e política. Pessoal, porque venho falar de uma pessoa que conheço e que aceitou há três anos, dois anos, talvez, o desafio de se candidatar a Presidente do PSD. E estou a falar do Samuel Caetano Vilela, porque o Samuel é licenciado e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra, que eu, também, tão bem conheço. Doutorando na mesma universidade. Três pós-graduações em mercados financeiros, criação negócios e impactos sociais de conhecimento e das tecnologias. Está a concluir o doutoramento na área da economia, também. Tem nove anos de experiência em auditorias e certificação de sistemas de qualidade, experiência e gestão de projetos, candidaturas a fundos e estava em Bruxelas, no Parlamento Europeu, onde era assessor parlamentar nas áreas da economia e do ambiente, tendo acompanhado a elaboração do plano de recuperação europeu de onde é subsidiário o nosso PRR. Só para termos aqui uma noção, as tabelas remuneratórias nas instituições europeias são públicas, o Samuel estava a ganhar mais de quatro mil euros líquidos por mês. Propôs-se servir e aceitar um desafio que eu, ainda Deputada, lhe fiz porque achava, e acho, e já o disse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

publicamente, que o partido, não só, e aquilo que eu penso, do ponto de vista pessoal, e aquilo que eu aprendi, também, na minha vida coletiva e naquilo que fui educada pelos meus pais, é que a sociedade deve responder de forma pronta à juventude e todos aqueles que têm bons currículos e que sabem trabalhar e que têm emprego e, felizmente, têm a sua vida profissional, devem, também, responder de forma positiva e de forma participativa àquele que é um compromisso de todos nós, o nosso contrato social com a sociedade. E, portanto, ele estava em Bruxelas, mas não estava só em Bruxelas porque ele também tem carreira, também tem vida profissional. E, felizmente, ele não precisa da política, e eu digo isto, ele não é nenhum boy para trabalhar como, infelizmente, muitos acabam por se tornar. Mas, nós devemos contrariar isso e mostrar que também há gente muito válida na política e também há gente que gosta de fazer política por gosto e prazer. E, portanto, não é a primeira vez que se envolve em estudos deste género, aliás, tanto que, neste momento, está a participar, neste momento, neste momento, na cartografia das dinâmicas socioeconómicas do grande Porto e da grande Lisboa, como, aliás, foi noticiado aqui pela imprensa local. Aliás, aquilo que importa aqui salvaguardar na resposta que foi dada pelo Samuel, e eu tive a oportunidade de conversar com ele sobre isto, foi, exatamente, que, nesta empresa, também trabalha uma pessoa que, por acaso, também é do PS, mas não foi esse o critério de seleção, como é evidente, porque a empresa já existia e a empresa já existia em sociedade com a irmã que é nutricionista, portanto, tem vários CAE. Eu sou advogada especialista, também, em direito fiscal e sei do que estou a falar. E, portanto, uma empresa pode ter vários CAE, que são códigos de atividades económica e, portanto, se nós quisermos vender ou falar disto como uma empresa de nutrição, podemos dizer que é uma empresa de nutrição, agora, não se esgota neste objeto social e, portanto, não há aqui nenhuma ilegalidade. Mas não é disso que se importa. O que importa aqui é salientar a qualificação para o qual, tanto o Samuel e a colega que, também, está focada neste projeto, também ela especializada em gestão e negócios pela Universidade da Califórnia e com experiência na área da exportação e prospeção de mercados e que, inclusivamente, já trabalhou na AICEP, que é a Agência portuguesa, no fundo, para a promoção do comércio externo português. O que eu quero dizer relativamente a isto é, da parte e em nome do PSD, da bancada do PSD, não temos, neste momento, nada a contrariar, até, porque, não há nenhuma objeção do ponto de vista legal, do ponto de vista das suas incompatibilidades relativamente a este projeto. O que nos importa a nós é perceber se existem qualificações, se está qualificado e se vai ter utilidade, ou não, este projeto. Nós acreditamos que sim. Nós acreditamos que este é um projeto que Águeda precisa e que Águeda e, sobretudo, nos próximos tempos, vai precisar cada vez mais. Sobretudo, também, para não perder oportunidades de financiamento. E, portanto, era esta, em suma, aquilo que gostaria de deixar aqui relatado, terminando só aqui com uma noção que eu julgo que é importante para todos. Quando se fala de ética no direito à liberdade, nós não podemos ver a liberdade só como um direito a tudo. Nós não temos direito a tudo. E a ofensa não é um direito, pelo menos, eticamente, é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

reprovável. E, portanto, eu costumo sempre deixar esta ideia e acho que é muito importante. Isto é do saber comum, não é nada que eu tenha descoberto. É que a liberdade, a nossa liberdade acaba quando a do outro começa. E acho que há aqui limites, os limites como, também, invocou o meu colega, que respeito, há os limites que a própria ética invocou, a ética que é os do respeito. E eu acho que a ofensa, essa, não deve ser permitida em circunstância nenhuma. Estamos aqui no uso da nossa liberdade para manifestarmos aquelas que são as nossas opiniões e aquelas que devem ser as nossas preocupações. E, portanto, percebo a sua pergunta e é legítima a sua pergunta. Tudo o resto, eu queria questionar, relativamente às considerações mais pessoais ou mais éticas que foram feitas relativamente a esta pessoa, ao Samuel, que eu, pessoalmente, conheço e é, precisamente, pela capacidade de trabalho que ele tem e que revelou, que eu acho que é de gente como esta que Águeda merece, precisa, e precisa desesperadamente de alguém que se preocupa em produzir trabalho e, sobretudo, em alterar a vida às pessoas, em mudar a vida às pessoas para que a participação aqui seja eclética, seja diversa e que não se fique só nas mesmas frases, nos mesmos lamentos, no mesmo tipo de acusação e que elevemos e comecemos a discutir, verdadeiramente, os assuntos de uma outra forma. E, portanto, este é um apelo que eu deixo. Obrigada, Samuel, por também estares envolvido e aguardamos com elevada expectativa o resultado deste trabalho, que, segundo sei, vai revolucionar, não só Águeda como o nosso distrito e espero que faça história e que possa ser usado noutras circunstâncias. E, portanto, da nossa parte, pelo menos, nos pressupostos, naquilo que é o trabalho do Samuel, eu não podia, por uma questão de honestidade intelectual, deixar de vir aqui deixar este testemunho pessoal relativamente à pessoa que eu conheço e estou certa que fará um excelente trabalho. E, também, estou certa de que não há nenhum presidente do PSD, nem nenhum Presidente de nenhum partido que esteja limitado na sua ação. O que está limitado é em exercer atos de corrupção, exercer atos de favor. Aí, temos que, existem, evidentemente, as instituições próprias para fazer essa avaliação. Nós, também, a faremos. Politicamente, para nós, não existe. Existiria, sim, se fosse um dentista ou fosse, realmente, o Samuel um nutricionista e estivesse a fazer um trabalho para o qual não estaria habilitado. Como eu, por exemplo, sendo eu advogada, jurista e professora universitária, não entro num hospital, não pego num bisturi e ponho-me a cortar pessoas porque acho que tenho alguma legitimidade para o fazer. Bem sei que, muitas vezes, há muita gente que não é jurista e que faz da interpretação jurídica uma coisa de somenos importância, mas, em termos de ética, eu julgo que, da nossa parte, não há aqui nada reprovável. É evidente que, se por ventura, alguma coisa acontecer em contrário e os objetivos não forem cumpridos, cá estaremos todos, naturalmente, e estou certa que o Samuel será o primeiro, ou seria o primeiro, a colocar o lugar dele em causa, o que eu não acredito que, manifestamente, vá acontecer. Muito obrigada a todos.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. Deputada. Portanto, não havendo mais nenhuma intervenção, penso eu, Sr. Deputado Miguel Oliveira.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Posso usar da palavra?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Pode, pode, por favor. Eu não estava a perceber o que estava a dizer Sr. Deputado. Agora já?-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Como deve entender, a minha voz não está nas melhores condições e, portanto, por uma vez, vou procurar não vos incomodar aumentando o volume. E começava, naturalmente, por, na sua pessoa, Sr. Presidente da Assembleia, cumprimentar todos os presentes, expressar o meu agrado por termos uma galeria de público muito bem composta hoje, o meu agrado, também, por reencontrar todos os colegas da Assembleia, membros do Executivo, aqui presentes, comunicação social, os funcionários que, habitualmente, nos permite fazer este trabalho, que é o nosso e dizer uma coisa que, talvez, surpreenda que é, eu estou genericamente de acordo com tudo aquilo que foi dito aqui, desde as intervenções do público, que é extraordinário, até esta última intervenção da nossa Sra. Deputada que nos veio aqui lembrar que, de facto, há uma diferença entre a legalidade e a ética. E, pronto, e não é só nesse domínio. Há uma diferença entre a ética e muitas outras realidades. Há comportamentos que são ilegais e são aceitáveis eticamente. Depende do contexto e daquilo que se pretende atingir e daquilo que se salva. E há comportamentos que são legais e são inaceitáveis eticamente. O julgamento disso fica para cada um, certamente. Eu não cheguei na filosofia tão longe que andasse a explorar Nietzsche à vontade, mas, como os seus seguidores dizem, Deus morreu, não é? E, agora, como o homem matou Deus e, agora, cada um construa a sua ética e a sua moralidade. E não venho aqui dar nenhuma lição a ninguém. Há pessoas que se sentem incomodadas, eu não me incomodo nada com isto. Há pessoas que não se sentem incomodadas, como eu, mas podem incomodar com o nível a que muitas vezes, nós, com a paixão, fazemos baixar a discussão e eu acho que não vale a pena irmos por aí. Grande parte da intervenção aqui feita por outro membro da bancada do PSD que fez uma intervenção, também, longa, mas agradável de ouvir, lembrando aquilo que de positivo aconteceu neste período longo em que estivemos sem Assembleias, eu queria partilhar do sentimento que aqui foi expresso, relativamente ao AgitÁgueda, por exemplo, ou à linha do Vouga e há tantas outras coisas boas que foram acontecendo e que foi mencionando. Em relação ao José Vidal, ao Deputado José Vidal, partilho de algumas das preocupações que aqui veio trazer. E, também, o Sr. Presidente da Câmara também saúdo, calorosamente, gostaria que tivesse um pouco de maior atenção na resposta às solicitações dos munícipes. Já ouvimos falar aqui, diversas vezes, dos relatórios sobre a ponte do Vouga. Eu não tenho dúvida nenhuma que temos ali um sério problema como, certamente, vocês todos concordarão. Mas, agora, fiquei curioso em relação aos relatórios e, portanto, Sr. Presidente da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Assembleia, dirigido a si, irá um pedido do Grupo Municipal do CDS para acesso a esses relatórios. De qualquer forma, gostaria de dizer, por fim, que o tempo que vivemos é um tempo muito difícil. O que tinha a dizer sobre a guerra e a intervenção da Rússia eu disse no dia a seguir à intervenção, aqui, neste púlpito. Não vou repetir essas palavras, acho é que devemos tomar toda consciência da gravidade enorme do período que vamos atravessar. E indo, até, mais uma vez, buscar as palavras de um Deputado dos Juntos PSD que aqui falou hoje: “Concentremo-nos naquilo que é essencial. Discordemos à vontade, troquemos as opiniões e as impressões que bem quisermos. Não precisamos de uma unanimidade em nada, mas precisamos de abertura, transparência e discussão porque a nossa vida cívica corre sério risco de sofrer um abanão forte que, aliás, já se está a manifestar de forma preocupante em muitos países da Europa.”. Muito obrigado, era só esta a mensagem que queria deixar.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Presumo, não sei se corretamente, que não há mais nenhuma inscrição para intervir. Sr. Presidente, tem a palavra, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar responder a algumas questões que aqui colocamos, que me foram colocadas, mas, sobretudo, terei que começar pelo Gabriel Arsénio que fez, efetivamente, aqui uma apresentação diferente daquilo que estamos habituados, e que, pronto, também é bom ouvirmos falar que, afinal de contas, acontecem coisas boas. Ó Gabriel, isto não foi só férias, nós continuamos a trabalhar. Eu queria dizer, porque acho que é importante, também, dizê-lo aqui, que nós, neste momento, temos obras, obras físicas, a funcionar em Macinhata do Vouga, Valongo, Trofa, Águeda, Fermentelos, Barrô, Aguada de Cima, Aguada de Baixo, Préstimo e Recardães. E isto é, absolutamente, notável. Mostra dinâmica, mostra trabalho e isto acontece em todas estas Freguesias. Se alguém tiver dúvidas em algum sítio, eu explico onde é, não tem problema nenhum. E, portanto, isto mostra trabalho e mostra, sobretudo, que nós não paramos durante as férias e aí está o trabalho, efetivamente, a desenvolver-se e vai continuar a desenvolver-se. Queria, também, sossegar as pessoas relativamente à questão do Águeda-Aveiro, porque estamos a trabalhar ativamente e continuamos a trabalhar para que o projeto, tão rápido quanto se possa, esteja pronto para evoluirmos para aquilo que nós queremos que são as obras, porque, tal como eu disse, as obras estarem feitas, falta fazer. Eu continuo com total confiança de que vamos conseguir desta vez. E, portanto, isso é uma grande obra, faltou, Gabriel Arsénio, falarmos no acesso às autoestradas. Não é só o movimento de Águeda para Aveiro. Não, o acesso às autoestradas é fundamental e, esse sim, é um desiderato e vai-nos dar aqui, efetivamente, capacitar-nos muito mais. E, portanto, eu queria-te dizer, agradecer por todas esses bens e dizermos que, apesar de fazermos tudo isto, naturalmente, que não fazemos tudo bem. Mas, há coisas que fazemos profundamente bem. E eu ia começar, porque não sou pessoa de evitar aqui determinadas questões, exatamente, pelo contrato que quiseram falar, o contrato que estabelecemos com pessoas de Águeda. Aquele contrato, por aquele preço, contratado com alguém de muito longe que não nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

conhece, sequer, e que nós não conhecemos, tranquilo. Não, estamos a falar de uma pessoa que conhece e sabe uma coisa? Isso, para mim, e reparem numa coisa, tudo o que acontece de mau, sobretudo, de mal, é-me imputado a mim, já viram? Toda a gente vê, é fácil de perceber. E, sobretudo, quando eu conheço uma pessoa, sei das capacidades dele, sei do que está a fazer, lhe lanço o repto e ele aceita, eu fico-lhe extremamente agradecido. Mais, quando ele tem responsabilidades políticas, embora não desempenhe nenhum cargo, nem tenha sido eleito para cargo nenhum, ainda nos capacita e responsabiliza mais, a mim, e a ele. E, isto, tranquiliza-me. Sabem porquê? Isto, é seriedade. Nós estamos apostados, sinceramente, estamos apostados, em fazer uma coisa que faz parte de um caderno de encargos lá mais atrás que nós queremos ver desenvolver. Nós queremos promover um contexto municipal facilitador da iniciativa empresarial, nós queremos exponenciar a performance económica do nosso Concelho e nós estamos, efetivamente, a criar toda esta dinâmica. Precisamos de um diagnóstico e, depois, precisamos de o implementar. Eu queria-vos tranquilizar, porque, reparem numa coisa, estou absolutamente confiante na qualidade do trabalho e, sobretudo, uma qualidade que não é para um trabalho para meter na gaveta. Nós queremos coisas aplicadas ao nosso território, feitas por quem o conhece. Para vos tranquilizar, digo-vos uma coisa, dizem-me que o trabalho foi justo. De forma, é barato. Também, já fomos acusados disso. Certo? É feito por gente de Águeda e gente competente, muito competente a quem foi lançado um desafio e teve a ousadia de aceitar. Isto, não pode ser falta de ética. Isto é coragem. Isto é responsabilidade que eu, enquanto Presidente da Câmara, como em tudo, assumo inteiramente. Estamos tranquilos. Muito obrigado. Queria-vos dizer, relativamente a outras questões, que, efetivamente, há coisas que não fazem sentido. Nós não podemos dizer que a Câmara, o Presidente da Câmara ou a Câmara ou o PSD que proibiram as transmissões das reuniões de Câmara porque elas nunca existiram e não existem na esmagadora maioria dos Concelhos. Queria-vos dizer que as casas do IHRU, que foram e que estavam por preencher, por utilizar, há muitos anos, há demasiados anos em Aguada de Cima, a Câmara conseguiu resgatá-las a este mesmo IHRU, que é um organismo do Estado, como todos nós sabemos, e que foi possível, com alguma agilidade, porquê, para ser para refugiados ucranianos. Fizemos a entrega num momento que foi um momento de alegria para aquelas pessoas. Em momento nenhum, quisemos expô-las, em momento nenhum fizemos algo que elas não autorizassem. Em momento nenhum, fizemos outras coisas que muitos outros fizeram. O entendimento, naturalmente, é de cada um. Deixo aqui, claro e inequívoco, a minha não intenção de proceder dessa forma. Relativamente ao contrato que tínhamos com uma empresa para intervir no espaço cívico da Arrancada que é o espaço das antigas escolas da Arrancada. Nós, efetivamente, começamos um trabalho com a Junta de Freguesia e está aqui o Sr. Presidente da Junta, e que não está distraído, e esse trabalho foi começado de uma forma muito incipiente. Pensamos evoluir com aquele mesmo projeto, efetivamente, para um trabalho e para o resolvermos definitivamente. Entretanto, já depois de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

adjudicado este trabalho, as condições que se verificavam, relativamente à cedência daquele espaço da Câmara aparte de algumas entidades, nomeadamente, a Freguesia de Valongo e estou a falar, nomeadamente, da Casa do Povo, alteraram significativamente e esta alteração transformou, completamente, as ideias que nós tínhamos daquele espaço. E a Junta de Freguesia fez-nos essa chamada de alerta e, naturalmente, mandamos parar o processo das obras. Falamos, e falamos cuidadosamente com todas as entidades e, atenção, isto demora tempo. Percebemos, claramente, as necessidades e as necessidades, porque, neste momento, a Casa do Povo está a utilizar aquelas instalações, que eram antigamente da creche ou da pré, mas, muito em breve, depois de acabadas as obras que estão em curso na Casa do Povo, vai deixar de as utilizar e, sendo assim, elas podem ter outra finalidade completamente diferente, algo que não estava naquele projeto que tinha sido adjudicado. Conseguimos todos estes acordos e, legalmente, tínhamos que perguntar ao empreiteiro se queria algum tipo de indemnização por não o deixarmos concluir o trabalho. Volto a dizer, neste trabalho, não teve a execução de um cêntimo, não houve um cêntimo pago ao empreiteiro. Isto, na cabeça de algumas pessoas, é corrupção. Lamento, sinceramente, que haja o entendimento disto desta forma. E lamento, sinceramente, que haja pessoas que não conseguem ter outro entendimento, nem imaginar que estejam pessoas aqui que não ajam dessa forma, como, por aí, há certas cabeças que não conseguem imaginar ninguém, neste Executivo ou em qualquer outro Executivo que não andem nestas lides das corrupções e afins. Lamento informá-lo, mas sabem uma coisa? Tenho lidado na minha vida com muita gente séria que vêm, efetivamente, com vontade de servir, que se dedica, que trabalha arduamente e que luta todos os dias por este nosso Concelho. É isso o que se passa connosco - muito obrigado! - relativamente a esta matéria. Depois, Jorge, realmente, quero-te agradecer algumas questões que colocastes e, nomeadamente, às questões dos caixotes do lixo. Nós estamos a mudar o contrato, estamos num novo contrato e, por isso, há contentores do lixo. E tens inteira razão, muito deles estão mal localizados. Nós temos um problema de difícil solução. Quando se trata de ter um caixote do lixo, quase todas as pessoas percebem uma coisa muito simples, é uma coisa que a gente quer ter perto, mas à porta do vizinho. Certo? E, quando nós pensamos mudar algum, não há vizinho nenhum que aceite tirá-lo da porta do vizinho onde está para a minha porta ou para a frente do meu terreno. E nós precisamos da colaboração uns dos outros e precisamos ser solidários nisto. Eu queria lançar aqui um repto, que já lancei noutras ocasiões às Juntas de Freguesia, porque em todos estes processos, normalmente, nós pedimos é um trabalho árduo dos Presidentes de Junta, que eu já fui lá atrás, e este trabalho árduo de quê? De estabelecermos concordâncias e permitirmos, muitas vezes, melhorarmos algumas coisas, nomeadamente, a localização. Eu ontem fui ver uma obra acaba aqui em Águeda e verifiquei que em um sítio, eu posso dizer, na Rua Sebastião Dias Lobo, é uma rua sem saída que foi, agora, asfaltada esta semana que passou, e o interessante e, olha, falta naquela lista das Freguesias que eu falei, portanto, é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mais uma; em Águeda também temos obra. O que é que nós acabamos por verificar ali? Há uma bateria de dois contentores rigorosamente a meio da rua, a rua não tem saída e o camião, por volta das seis da manhã, vai de marcha atrás. Mas, dizem-me o seguinte: “- É pá, se nos pusermos os contentores no início da rua há habitantes ali que deixam no sítio onde eles estão.” e, então, aí, temos um problema sério e sabem uma coisa? Isto não é civismo. O problema devia ser de todos, devíamo-lo perceber, porque, sabem uma coisa, o camião vai lá ao meio da rua e vai acordar aquela gente toda às seis da manhã. Para alguns, é ótimo porque serve de despertador, mas, para outros, coitados. E, pronto, e nós temos aí efetivamente isto. O repto que eu lanço, sinceramente, é às Juntas de Freguesias é encontrarem soluções. Quando nos pedem para trocar, digam-nos para onde. Isto é importante, porquê? Porque nós não temos uma rede estabelecida e, sobretudo, falta-nos aquilo que as Juntas de Freguesias são essenciais, que é o contacto próximo com as pessoas. É pá, portanto, é um pedido de ajuda que eu aqui faço. Relativamente às acessibilidades, a acessibilidade da Cerâmica do Alto, muito em breve, vai ficar extraordinariamente melhorada com a ligação do PEC ao Casarão. O projeto já está numa fase muito, muito, muito, muito adiantada e a obra, naturalmente, seguir-se-á. Ali no norte, nós temos, em breve, estamos a desenvolver o projeto e vamos fazer uma rotunda junto dos semáforos do Feira Nova. Vai ajudar alguma coisa, mas, efetivamente, continua a ser extremamente difícil, em algumas horas, entrar, umas vezes, outras vezes, sair de Águeda. Por volta das cinco da tarde, sete da tarde, é muito complicado sair de Águeda para o lado do norte e, portanto, vamos pensando em alternativas e em melhorarmos sistematicamente essa realidade que temos que, afinal de contas, mostra a dinâmica de uma cidade e de um Concelho que tem muita gente. Muita gente deve chegar a Águeda, a vir a Águeda e a precisar de Águeda. Fez-me duas perguntas relativamente ao cemitério, eu penso que já fui claro. Eu sei, naturalmente, agora, que a obra se iniciou e quero-lhe dizer que, naquele sítio específico, não está previsto em plano nenhum a existência do cemitério, a ampliação para ali, o que quer dizer que será sempre preciso uma vistoria, uma vistoria legal terá que ser feita, mas naturalmente que com a Junta estamos dispostos a encontrar soluções, naturalmente, as melhores possíveis e vamos ir por aí. Relativamente – é pá, estou admirado, mas eu acho que já respondi a toda a gente. É pá, se fiquei com alguma coisa por responder, peço imensa desculpa. Muito obrigado. O Miguel, ó Miguel, não fizeste questão nenhuma? Não.”-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Só fiz elogios.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Pois foi.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal. Faz favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente, muito rapidamente, há bocado esqueci-me, e tem a ver com esta falta de resposta. O Sr. Presidente da Câmara não me deu resposta às várias perguntas, não me disse quando é que me





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

enviava o relatório que eu solicitei. O Sr. Presidente da Assembleia solicitou vários documentos, há mais de um ano, ao Sr. Presidente da Câmara e ele nunca lhos entregou, falta de respeito por si e por esta Assembleia. Ainda estou à espera do relatório do Natal de dois mil e vinte e um, ainda estou à espera do relatório das “Lambarices” de outubro de dois mil e vinte e um. Estou eu e está o Sr., cabe-lhe a si exigir a resposta e cabe-lhe a si ser respeitado por este Presidente da Câmara e por este Executivo que não lhe ligam nada, que não lhe dão respostas. O Sr. já enviou por escrito, várias vezes, os pedidos e nunca lhos deram, porque é o Sr. que os pede e não nós. Não lhos deram e o Sr., também, não nos pode entregar. Há mais de um ano que andamos a pedir documentos que estes Srs. nunca entregaram. Vai o Natal de dois mil e vinte e dois, já foi o “Lambarices” de dois mil e vinte e dois e ainda não temos o relatório dos anos passados, tal como ainda não me disse que me enviava amanhã o relatório, para a semana, o relatório do procedimento da escolha da empresa. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, só um minuto. O Sr. Presidente questionou se se tinha esquecido de responder a alguma pergunta. Para além da questão do relatório, mais alguma que se tenha, que não tenha sido respondida?-----

-----**Deputado José Vidal:** Há. Quer que eu diga?-----

-----**Presidente da Assembleia:** Quero.-----

----- **Deputado José Vidal:** Esqueceu-se de responder à questão do relatório e, já agora, esqueceu-se de responder porque é que não apresentou um regulamento para fazer os negócios do Natal e, quer o Sr. e o Sr. Vereador fazê-los diretamente. Não respondeu, também.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sim Sr., muito obrigado. Sr. Presidente Câmara, quer esclarecer o Sr. Deputado?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Ó Sr. Presidente, relativamente à suposta aprovação que fizemos na Câmara, a realidade do que se fez não reconheci nada daquilo que o Sr. Deputado desta Assembleia referiu e, portanto, muito sinceramente, eu nem que queira responder, eu não sei, exatamente, a que é que se refere porque falou-me aqui de um conjunto de generalidades, o objetivo e o teor da aprovação não diz respeito, rigorosamente, a nada disso. A única coisa que saiu dali é um conjunto, eu diria, que de adjetivos, é pá, que eu gostava, sinceramente, até para me permitir responder, que não existissem nesta Assembleia. Eu disse, e volto a dizer, é pá, não é tudo mal nem estamos todos de má-fé. Os pressupostos com que se iniciam determinadas perguntas, é pá, matam, desde logo, a possibilidade de conversa, por uma razão muito simples, porque afinal de contas, será que eu e o Sr. Vereador somos estas figuras sinistras que andamos aqui a fazer não sei o quê, é pá, é que isto é sistemático, sistemático, sistemático. As pessoas, é pá, já perceberam que é mentira, estão equivocados, toda a gente percebeu, aliás, é facto, é claro. Agora, é pá, se me quiser, por escrito, dizer o que é que, efetivamente, quer, respondo-lhe sem dificuldade nenhuma.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Verbalmente, não consigo perceber o que foi. Não consigo, sinceramente, por uma razão muito simples, aquilo que nós fizemos, um conjunto de princípios, para podermos fazer um programa, se fizermos um regulamento, é absolutamente claro, não é possível fazê-lo e, portanto, foi isso que foi a uma reunião de Câmara, porque há uma diferença entre o fazer e o dizer que vamos fazer, portanto, nós queremos fazer uma coisa para promover o comércio de Águeda e, portanto, não é nada de... ouça, há uma coisa que é claro e, aliás, vê-se nestes contratos todos que saltam a público e tudo bem, nenhum de nós faz rigorosamente nada escondido, é tudo claro, com uma clareza tremenda. É tudo público.”-----

---- **Deputado José Vidal:** Há nove meses que estou à espera do relatório.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Mas um relatório de quê? De uma festa das “Lambarices”?-----

---- **Deputado José Vidal:** Não.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** O que temos, eu não tenho o relatório porque não foi a Câmara que fez a “Festa das Lambarices”. Eu não tenho o que lhe entregar. É pá, não tenho. O que tenho é público, aliás, esmiuçado. A “Festa das Lambarices” não foi realizada pela Câmara.-----

---- **Deputado José Vidal:** No ano passado?-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Não.-----

---- **Deputado José Vidal:** Não houve uma parceria com a Câmara?-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Houve uma parceria, mas no sentido de financiar as contas. A receção, não. As contas não eram nossas.-----

---- **Deputado José Vidal:** Eu pedi há nove meses o relatório.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** O que temos, o que temos... relativamente... portanto, é só isto, não há mais nada.-----

---- **Deputado José Vidal:** Já pedi há nove meses.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente ao relatório da inspeção, vou ver onde é que, vou pedi-lo aos serviços porque estão aí, com certeza, e não faz sentido. Há uma informação de um serviço a fazer, a justificar o procedimento que existe, está no processo. Não, está no processo! Então, tenho acesso a tudo, só não quero... é pá, às vezes, parece que não. Nós temos acesso, afinal, a tudo. Isso está no processo. Olhem, eu até acho que o vi publicado, de alguma forma, não sei aonde.-----

---- **Deputado José Vidal:** Eu não tenho.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Mas, pronto, sem problema nenhum. Agora, fui claro e inequívoco. Não vale a pena pôr nebulosa nenhuma. Fui mais claro? É preciso ser mais claro do que o que eu fui? Sr. Presidente, terminei, sim?-----

---- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

---- **Deputado José Vidal:** Falta um relatório, o de outubro de dois mil e vinte e dois.-----

---- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado José Vidal, eu vou, eu vou encabeçar esse seu pedido. Muito bem, Sr. Presidente, mais nada certo?-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Mais nada.-----

---- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, muito obrigado, a todos. Portanto, damos, então, por concluído o período de antes da ordem do dia. Temos, agora, os pontos de análise que constam da ordem do dia, ainda são vastos, portanto, vamos dar início ao período da ordem do dia. -----

### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---- **3.1 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Transferência de Competências para o Município no domínio das vias de comunicação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro;** -----

---- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer fazer alguma apresentação do ponto?-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Obviamente que sim, permite-me? Muito rapidamente explicar...-----

----**Presidente da Assembleia:** O microfone Sr. Presidente, o microfone.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Já estou?-----

---- **Presidente da Assembleia:** Já esta.-----

---- **Presidente da Câmara Municipal:** Ok. Sr. Presidente, é só, rapidamente, explicar o que está aqui em causa. A Câmara Municipal, penso que em dois mil e dezanove, deliberou no sentido de submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção destas competências das vias municipais. A lei tem, este decreto tem duas vertentes, ou seja, a mutação dominial prevê um acordo financeiro com o IP e, depois, validado, naturalmente, pelo Governo e a gestão. O acordo dominial não foi possível ainda acontecer, porquê? Foi-nos feita uma proposta pela Infraestruturas de Portugal, nós enviamos uma contraproposta, negociamos e da parte do IP disseram que o valor que estava correto, portanto, estávamos em condições de poder aceitar. Depois, nunca teve, foi submetida ao Sr. Secretário de Estado que encaminhou para às Finanças e, portanto, nunca houve a indicação para se efetivar o negócio, nunca houve a disponibilização por parte do Ministério das Finanças para que nos fosse transferida a verba e é de mutação dominial. Passado todo este tempo, diz também a lei que, não havendo mutação dominial, poderemos assumir a gestão, a gestão destes troços, sendo que, para isso, precisamos desta deliberação no sentido de a assumirmos, notificarmos o IP. O que está aqui em causa são um conjunto de estradas muito urbanas e troços desativados, nomeadamente, como seja, o troço da Nacional número 1 entre a Mourisca e a Landiosa em Aguada de Baixo e, depois, também, um conjunto de estradas, nomeadamente, no centro de Assequins, estamos a falar deste troço que vai ali do matadouro até ao alto de Recardães e, portanto, faz todo o sentido e, aliás,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do ponto de vista da gestão, da própria decisão que temos acerca destas vias e dos licenciamentos que ocorrem para elas, é um instrumento absolutamente importante, porque nós temos, cada vez mais, que começarmos a olhar com os nossos olhos para elas enquanto vias urbanas e não com os olhos do IP, que as vê como estradas nacionais e, portanto, a cumprirem outras competências e, por isso, é que eu solicitei a esta Assembleia, naturalmente, a aprovação para que nós notifiquemos o IP, exatamente, desta nossa decisão e para que, passados sessenta dias, a Câmara tenha a gestão e possa deixar de, inclusivamente, coisas tão simples de que, nestes troços, pedidos de licenciamento que apareçam para construções evitem de ir a aparecer do IP, por exemplo, o que é uma coisa que nos acelera grandemente prazos. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Alguém quer tomar da palavra na discussão do ponto? Passamos, então, à votação. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Transferência de Competências para o Município no domínio das vias de comunicação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro. ---

----- **3.2 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da minuta de Protocolo a celebrar entre a ANEPC, o Município de Águeda e a AHBVA, para efeitos de regulação das condições de contratação e funcionamento da 3.ª Equipa de Intervenção Permanente.**-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, posso?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, faz favor Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** “Sr. Presidente, este assunto é relativamente simples, também, de explicar, é o seguinte: como penso que é público, está aprovada a constituição de uma terceira equipa de intervenção permanente para os bombeiros. Estas equipas de intervenção permanente têm uma comparticipação do cinquenta por cento do Estado, através da ANEPC que é a Associação, portanto, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e os outros cinquenta por cento pelo Município. A competência que esta Assembleia me deu para as despesas plurianuais, não vão além destes três primeiros anos e, portanto, como se prevê que este protocolo seja renovável por iguais períodos de três anos é essa a razão, através dos compromissos plurianuais, que tenho que vir aqui para a autorização desta deste compromisso plurianual para além dos três anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de iniciar, gostaria de saudar o Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, veja lá, porque é importante para o Município termos conseguido esta terceira equipa. É importante que possamos robustecer, ainda mais, os nossos meios em diversos domínios e, naturalmente, a proteção civil é um desses domínios. Congratulamo-nos, portanto, com este princípio de acordo, mas na discussão que fizemos deste assunto surgiram-nos algumas dúvidas e eu, agora, vou pedir ao Sr. Presidente da Câmara que nos ajude a encontrarmos a luz no meio de algumas brumas que encontramos aqui neste documento. Em primeiro lugar, no título do assunto refere-se à aprovação da minuta do protocolo a celebrar entre a Associação Nacional, o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros, mas não é referida a autorização prévia de despesa plurianual. Esta é um elemento importante da proposta que, certamente, por não caber, porque é longo não foi incluído, mas isso não tem grande importância porque a própria proposta, genericamente, está bem documentada, vê-se que foi elaborada com cuidado e procura informar, é concisa, tem duas páginas, lê-se com grande facilidade, depois, o resto do documento é longo, é extenso - tem, salvo erro, trinta - e remete-nos, fundamentalmente, para o anexo IV que é o texto em si do protocolo a celebrar entre as três entidades: o Estado, a Câmara e a Associação Humanitária. A primeira dúvida prende-se com o seguinte, lê-se na segunda página – eu vou só referir-me, praticamente, à segunda página – “ - Para assegurar o funcionamento da terceira equipa de intervenção permanente, com efeitos previstos para o segundo semestre de dois mil e vinte e dois – portanto, nunca começaria antes – estima-se que os custos anuais associados à sua operacionalidade ascendam ao montante acerca de setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três virgula cinquenta e quatro. Aqui o “cerca de” e, depois, o preciosismo de irmos às virgulas é cauteloso porque nós vivemos um tempo em que as provisões económicas e financeiras correm o risco de terem de ser ajustadas, portanto, haver aqui alguma folga não nos espanta. “ - Como a Águeda caberá participar cinquenta por cento deste valor .” - o valor de cinquenta por cento é metade deste que é trinta e sete mil, setecentos e trinta e um virgula setenta e sete cêntimos, portanto, euros e cêntimos por ano. Ora, vamos lá ver, mais adiante, quando lemos o protocolo, o protocolo menciona as verbas necessárias para a operacionalização deste acordo e essas verbas respeitam, essencialmente, a cinco elementos, quatro elementos que vão ser chefiados por alguém que os vai comandar e que irá receber um abono sobre um subsídio base de setecentos e cinquenta e sete virgula zero um euros. E, depois, há, também, um subsídio de refeição de quatro virgula setenta e sete euros e existem elementos que não são certamente discriminados e que eu gostaria de perguntar o que são, pelo seguinte: eu sei que há uma referência a seguros e à Segurança Social nesta proposta, mas a verdade é esta – esta deve ser simples de responder – se nós fizermos o cálculo ao número de elementos, eu... nós, até, para sermos conservadores no sentido de irmos o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mais possível ao encontro das contas que nos são apresentadas, consideramos catorze meses também para o abono o que não sei se é correto, mas, de qualquer forma, isso, até reduz... é uma forma conservadora de analisar o problema. A questão é que, nós somando estas verbas, ao longo de catorze meses, vamos obter cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta euros. Contabilizando duzentos e cinquenta e um dias úteis o subsídio de refeição pelos cinco elementos, chegamos a cerca de seis mil euros. É evidente que se fossem sete dias eram mais, mas o horário contabilizado é de quarenta horas semanais e, portanto, fizemos a cinco dias, se houver alguma correção a fazer. De qualquer forma, este valor não ultrapassa – o valor total a pagar, não estou a falar do valor a pagar pela Câmara – não ultrapassa os sete mil e qualquer coisa euros, na pior das hipóteses. Ora, então, nós temos um valor total de sessenta e um mil, seiscentos e vinte e nove euros e cinquenta e nove cêntimos, portanto, deste valor para a despesa de setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos anual vai uma diferença de treze mil oitocentos e trinta e seis virgula noventa e seis euros que é, basicamente, pouco mais de dezoito por cento. Portanto, aquilo que eu pergunto é se esta diferença é devida, apenas e tão só, às contribuições da entidade patronal para a Segurança Social e aos seguros das pessoas. É uma pergunta extremamente simples de responder e, certamente, que se há de poder demonstrar isso. Acho que deveria ser referido na proposta, mas não é. Certamente, com estes esclarecimentos ficaremos mais à vontade para a votar. A segunda questão tem a ver com a cabimentação da despesa.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, vai-me desculpar, apelo ao seu sentido de síntese porque o tempo, entretanto, esgotou-se.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Eu, depois, vou ter de voltar cá.-----

----- **Presidente da Assembleia:** E aí pode usar as duas intervenções numa só, se assim entender. Eu quero é adverti-lo disso, no sentido de saber, exatamente, ao que vai.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente, muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, a opção é sua. Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente. Não, só um minuto Sr. Presidente. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.---

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Sr. Presidente, muito rápido. Relativamente às contas, eu tentei acompanhar ali o Miguel, mas, às duas por três, acabei por me perder. Mas, ainda assim, importa dizer que este protocolo é mais um dezenas de protocolos que estão a ser feitos por este país fora, em que as regras são exatamente iguais da Câmara de Águeda, Oliveira do Bairro e por aí fora. Eu, o que me está a preocupar neste momento não é o preciosismo dos números. Águeda tem que se perguntar a si própria se esta terceira equipa é suficiente para garantir o socorro em Águeda. Se considerarmos que cada um destes operacionais tem que cumprir com aquilo que é a legislação, são quarenta horas semanais,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

são três equipas. Se nós tivermos um acidente de viação com vítimas encarceradas, já não é suficiente para garantir a tripulação da viatura de desencarceramento. E, portanto, aquilo que eu penso que deveríamos estar aqui a discutir é como é que esta Câmara, como é que esta Associação vai articular meios, vai articular cabimentação ao nível do orçamento para que os cidadãos de Águeda tenham, em qualquer momento, em qualquer localidade, o mesmo direito que tem um cidadão de Guimarães, de Vila Real de Santo António, do Porto, de Lisboa, de Gaia e por aí fora, que tem um socorro profissionalizado, com formação adequada, que cumpre escrupulosamente as regras. Eu penso, é a minha convicção, e isto vai, efetivamente, mexer aqui com sentimentos, com associações, com “quintinhas”, se é que lhe posso chamar assim, sem querer, obviamente, estar a ofender ninguém, é hora de pensar na profissionalização e, eventualmente, de termos bombeiros municipais em Águeda, aos quais possamos pedir responsabilidades e dos quais possamos esperar socorro de qualidade. Águeda tem indústria, tem rede viária, tem uma mancha florestal enorme, tem socorros a náufragos e poderia continuar por aqui fora, tem matérias perigosas e, por conseguinte, isto é duma complexidade e de um grau de exigência para com os nossos bombeiros que já não se consegue colmatar apenas com equipas voluntárias. E, portanto, esta era a discussão que eu gostava de ver em Águeda, socorro com profissionalismo e condições efetivas para os nossos operacionais. Efetivamente, foi lá feita uma obra a bem pouco tempo de requalificação no quartel, mas é preciso mais, muito mais. Temos viaturas, é verdade que sim, agora temos que criar condições para que aqueles homens nos possam socorrer de dia e de noite, da forma que todos nós desejamos. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguém para a discussão do ponto? Sr. Presidente, agora sim.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Sr. Presidente, eu queria esclarecer que este acordo, este protocolo que estamos aqui a assinar tripartido entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Câmara de Águeda e os Bombeiros Voluntários de Águeda, é feito nos exatos termos em que é feito com todas as equipas de intervenção permanente do país porque é o modelo da própria Autoridade Nacional que parte imediatamente, e logo de início, assinado pelo Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Os valores que aqui estão em causa, naturalmente, que são para fazer face às despesas contratuais com a equipa. Para além daquilo que é o ordenado e o vencimento dos bombeiros, há todas as contribuições sociais que a entidade empregadora, neste caso, os Bombeiros Voluntários de Águeda, têm que ter para com a Segurança Social e todos esses regimes e, naturalmente, que visa fazer face a isso, a transferência visa fazer o quê? Com que todas as despesas inerentes aos salários desta equipa sejam asseguradas em metades iguais pela Autoridade Nacional



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Proteção Civil e pelo Município, é isto, tão simples quanto isto. Relativamente ao que, penso que é claro, não há grandes dúvidas, portanto, é a terceira equipa que temos e eu queria dizer o seguinte: Águeda, neste momento, é o único Município que viu alcançada a terceira equipa, ou seja, nós temos três equipas de intervenção permanente e no distrito de Aveiro, que tem dezanove Concelhos, mais ninguém tem. E, portanto, eu diria que estamos um passo à frente ou, pelo menos, uma equipa à frente dos que estão melhores a seguir a nós nessa profissionalização. Eu sei o que o Jorge Melo está a dizer e sabes uma coisa? Eu não tenho grandes dúvidas que o caminho vai ser esse. É pá, eu não sei se nós já estamos em condições de. Há uma coisa que eu sei, nós temos, efetivamente, já mais uma equipa que os que têm mais, porque, atenção, as outras corporações de bombeiros ou têm uma ou têm duas, ou, até algumas, não têm nenhuma e, portanto, as condições são estas. Nós, efetivamente, lutamos por esta equipa e tivemos, também, a compreensão e, sobretudo, conseguimos demonstrar a nossa necessidade à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e, portanto, por isso é que a temos aqui e conseguimos-lo fazer de uma forma eficaz, imagino eu e, portanto, queria-vos dizer a outra coisa, a outra componente, nós, em termos de meios de proteção civil, somos um Concelho de referência, quer queiramos, quer não. Nós, efetivamente, e graças aos nossos voluntários, porque são os voluntários dos bombeiros, os voluntários das unidades locais de proteção civil, no fundo, este voluntariado que está aí e que graça em Águeda, nós, efetivamente, conseguimos apresentar-nos em muitos sítios e muito musculados. E, atenção, eu lembro-me de um incêndio, um incêndio famigerado para o país em dois mil e dezassete e lembro-me do que aconteceu porque os meios de Águeda, sozinhos, o que fizeram nas serras de Águeda, Oliveira de Frades e de Vouzela. Nós fizemos lá um trabalho notável, que ninguém nunca ouviu falar, mas nós estivemos lá, nós, e quando eu digo “nós”, nós Águeda, nós bombeiros, nós unidades locais, proteção civil, nós sapadores florestais. Cuidado, estivemos sempre sozinhos porque, naquela altura, lembro-me, perfeitamente, de um telefonema que fiz para às autoridades e disseram-me: “ É pá, há um monstro que vem ali a acompanhar daquele lado e anda outro daquele lado, vocês aguentem-se.”. E sabem uma coisa? Já nessa altura, com reconhecimento, disseram-nos “- Aguentem-se, se vocês não se aguentam quem é que se aguenta? .” e nós aguentamo-nos e, naturalmente, fizemos um trabalho notável, que eu me lembro bem, alguns dos presentes estivemos lá, estivemos lá presentes e lembramo-nos perfeitamente disso. Bom, eu acho que isto é um passo. Faltará dar no futuro muitos passos. Eu não tenho dúvidas que vão precisar de ser dados. Porquê? Porque os voluntários são cada vez menos e as coisas, efetivamente, são mais complexas, cada vez mais complexas. Muito obrigado.”-----

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS: -----

----- “E, portanto, olhando aqui para o documento das despesas plurianuais ficamos com uma incerteza porque a despesa prevista total – não é a suportar pela Câmara – é de setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e três virgula cinquenta e quatro - confirmadíssimo. Cinquenta por cento - que é aquilo que cabe à Câmara - é trinta e sete mil setecentos e trinta e um virgula setenta e sete e isto multiplicado por três anos dá cento e treze mil cento e noventa e cinco virgula trinta e um. Ou seja, para executar o contrato nos termos em que o contrato esta definido, a Câmara tem de cabimentar para este ano e os subsequentes o valor treze mil cento e noventa e cinco euros e trinta e um cêntimos e, por isso, estranho que no documento que respeita à cabimentação da proposta - que é este, é o último papel que têm na vossa pilha de documentos - a dotação disponível, não interessa para este caso, é superior, mas a dotação a cabimentar é duzentos e setenta e oito mil cento e onze euros e trinta e um cêntimos. Quer dizer, é mais do dobro do valor dos três anos. Notem que, nós estamos a deliberar nos termos da alínea a): “Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para que o Município assuma os compromissos anuais decorrentes da aprovação da minuta do protocolo a celebrar”. Se calhar, é distração minha, e esta não era a primeira vez, que temos – ou, então, houve uma alteração às normas contabilísticas, mas não era costume estarmos a pedir autorizações para despesas superiores à dos valores dos contratos que estamos a celebrar e eu gostaria de perceber se foi algum equívoco, se vai passar a ser uma forma de trabalhar, porque é que é assim e não de outra forma. O que é que se passou aqui. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

----- “Muito bem, é muito fácil de explicar por uma razão muito simples. Esta cabimentação é a cabimentação do volume global das transferências a efetuar para os bombeiros durante este ano, porquê? Porque todas as equipas EPI, todas as participações estão aqui. É esse o valor. É um valor de um acordo que foi aprovado na Câmara porque a Câmara tem competência para o fazer. Nós a única coisa que estamos aqui a pedir é a autorização para a despesa plurianual para esta EPI, porquê? Porque diz o regulamento o seguinte: atenção, nós para celebrarmos este protocolo, e estamos a celebrá-lo por um prazo de três anos, portanto, é plurianual, mas, atenção, prorrogáveis por iguais períodos. Quando eu abro esta possibilidade é para além dos três anos, e daí, por causa disso, é que vem aqui à Assembleia Municipal. Estes duzentos e setenta e oito mil é a cabimentação das transferências anuais para o ano corrente, não tem aqui nada de plurianualidade. Portanto, não é a cabimentação em si desta decisão. Esta decisão nem era possível cabimentar. Estamos a falar da autorização que estamos a pedir, não, daquilo que estamos a pedir, estamos aqui a pedir uma cabimentação, por exemplo, para daqui há seis anos, estamos a entender? Não outro custo. Esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cabimentação é a cabimentação do protocolo de apoio que aprovamos com os bombeiros e que está... que não foi assinado porquê? Porque este contrato não é válido enquanto não tivermos esta autorização. Estamos entendidos? É exatamente isto. Atenção, o contrato é público, a proposta de protocolo com os bombeiros foi, exatamente, onde estão estes montantes, passou na Câmara Municipal há cerca de dois meses e, portanto, é exatamente esta a cabimentação. Esta cabimentação não é específica para a EPI. É isto que nós estamos a falar, portanto, é as transferências globais que serão feitas para os bombeiros, na globalidade, este ano, este ano dois mil e vinte e dois. Portanto, trinta e sete, mais trinta e sete, mais trinta e sete, porque são três equipas e, depois, tem as outras componentes todas do apoio. Estamos entendidos? As trinta e sete porque são três equipas, vocês percebem? As outras já temos autorização. Os contratos estão celebrados, nós estamos a pedir autorização para a terceira equipa, não é válido porquê? A celebração deste acordo, está aprovado na Câmara, certo? Só é válido depois de termos este apoio e esta autorização vigente. Estamos entendidos? Há uma parcela de todo o apoio global aos bombeiros – percebam isto, devagarinho – há uma parcela global que está cabimentada por este valor, duzentos e setenta e oito mil e qualquer coisa, para este ano. Os trezentos e quarenta é a totalidade das transferências do Município para os Bombeiros para este ano, que estão previstas, ok? Há uma componente que é investimento e, por isso, não consta aqui, estamos entendidos? Há outra componente de seguros que sai por outra verba e, portanto, o somatório disto tudo é que dá os trezentos e quarenta. Os duzentos e setenta e oito são transferências correntes para os Bombeiros. É esta a cabimentação que aqui está. Aqui, estão o preço, o valor a pagar por esta equipa que não será tanto, porquê? Porque ela não está constituída. Estamos a entender? Portanto, não serão pagos os trinta e tal mil euros, serão pagos o correspondente aos meses em que ela funcionar. Estamos entendidos? Agora, a cabimentação, acontece muitas vezes e, às vezes, até agora, já há aqui uma coisa para se perceber as contas, as finanças públicas, nós cabimentamos e cativamos verbas que, depois, no final do ano, no final de contas, acabamos por poder não utilizar. Neste caso concreto, acontece exatamente isto, nós não vamos transferir trinta e sete mil e tal euros anuais porque estamos, neste momento, no final de setembro e a equipa ainda não está constituída. Perceberam? Ou está a constituir-se neste momento. Portanto, precisamos desta autorização para celebrarmos o acordo e procedermos às transferências que temos que transferir. Estes duzentos e setenta e oito são transferências correntes para os bombeiros durante este ano. Muito obrigado. Sem dúvida.” -----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado?-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Requeiro a possibilidade de utilizar uma terceira vez da palavra para fazer uma declaração de voto em nome do Grupo Municipal do CDS.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- **Presidente da Assembleia:** Faz favor, tem todo o direito. -----
- **Deputado Miguel Oliveira:** Tem que colocar à votação.-----
- **Presidente da Assembleia:** Quer que eu coloque à votação? -----
- **Deputado Miguel Oliveira:** Pois, tem de ser.-----
- **Presidente da Assembleia:** Tudo bem, muito bem. Vamos lá então. Sr. Deputado, quer fazer uma declaração de voto?-----
- **Deputado Miguel Oliveira:** Não. Se fizesse uma declaração de voto, procedíamos à votação. Eu quero fazer o terceiro uso da palavra, eu sei que não usei o período todo, mas é meu, não é? Eu precisava de esclarecimentos para fazer a minha intervenção subsequente, tirar a conclusão do raciocínio.-----
- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, o que o Sr. Deputado me está a solicitar é que eu coloque à apreciação desta Assembleia a possibilidade de o Sr. Deputado intervir por uma terceira vez, porque, em termos regimentais não está previsto, é isso?-----
- **Deputado Miguel Oliveira:** Exato, está prevista a possibilidade de a Assembleia autorizar.-----
- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, sim Sr., agora, entendi perfeitamente. Muito obrigado. Então, todos ouviram a pretensão do Sr. Deputado Miguel Oliveira, neste caso, em representação do Grupo Municipal do CDS e eu coloco à votação se alguém vota contra a terceira intervenção do Sr. Deputado, se alguém vota contra? Se alguém se abstém? Sr. Deputado, por favor.-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----
- “Muito obrigado Sr. Presidente. Devagar e às pinguinhas, mas lá fomos obtendo os esclarecimentos, que, de outra forma, diria, muito mais célere, isto seria mais agilizado porque aquilo que eu venho dizer é que, atendendo à explicação que o Sr. Presidente deu, que nos parece perfeitamente convincente, nós vamos votar, ou seja, o Grupo Municipal do CDS, vai votar favoravelmente este ponto dizendo que aquilo que estranhámos foi respondido e esclarecido e, portanto, ficamos ainda mais à vontade. E dizendo, também, que seria mais bizarro se não houvesse cabimentação da verba, isso seria mais preocupante ou se o valor cabimentado não fosse o valor necessário para cumprir as necessidades deste ano que, corrigindo aquilo que foi dito, nunca poderiam ser muito superiores a dezoito mil euros porque se o valor anual é trinta e sete mil euros e só estamos a contar a partir do segundo semestre de dois mil e vinte e dois, o valor nunca pode ser superior a dezoito mil euros. Portanto, de uma forma simples, se a dotação fosse de dezoito mil e qualquer coisa euros, estaria resolvida a situação na mesma. Muito obrigado.”-----
- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Julgo, então, que estão prestados os devidos esclarecimentos e o ponto discutido na sua globalidade. Vamos colocá-lo, então, à votação.--



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de aprovação da minuta de Protocolo a celebrar entre a ANEPC, o Município de Águeda e a AHBVA, para efeitos de regulação das condições de contratação e funcionamento da 3.ª Equipa de Intervenção Permanente.-----

----- **3.3 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, no âmbito do Evento “Comemorações de Elevação de Aguada de Cima a Vila – XXV Aniversário”;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, eu julgo que o ponto não precisará de qualquer abordagem. Alguém quer tomar da palavra? Não. Passamos, então, à votação. -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, no âmbito do Evento “Comemorações de Elevação de Aguada de Cima a Vila – XXV Aniversário”.-----

----- **3.4 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito do Evento “Festas da Vila 2022”;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, nada a apresentar quanto ao ponto? Srs. Deputados, alguma intervenção? -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito do Evento “Festas da Vila 2022”.-----

----- **3.5 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão e à Junta Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito da estrutura municipal de Proteção Civil do Município – ULPCBCA e ULPCVV;** -

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer tomar da palavra? Nada. Srs. Deputados? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Era só um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente da Câmara. Isto é um apoio, portanto, um apoio extraordinário para a manutenção de todos os equipamentos e do que foi utilizado. Só uma coisa que eu não compreendo, porque é que os membros da unidade local de Belazaima que são mais do triplo dos de Valongo, tal como, são mais do triplo, também as viaturas e a verba é somente o dobro da de Valongo. Obrigado.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguém para intervir no ponto? Mais ninguém. Sr. Presidente, quer responder?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, este é um apoio que não é tão extraordinário assim, todos os anos é efetivado e foi feita no acordo e na presença dos dois Presidentes de Junta. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Vamos colocá-la à votação? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Se me permite, é muito fácil. É que, há uma série de anos que é exatamente assim, certo? Mas, é assim e, criteriosamente, é assim, porque, efetivamente, há um conjunto, é pá, as coisas funcionam de uma maneira. É muito fácil. Portanto, causa-me espanto e admiração o que até há uns anos estava bem e, agora, não, está mal, pronto, é isto. Muito obrigado, foi isso, exatamente. Mas, estou-lhe a dizer que foram verbas acordadas na presença dos dois Presidentes de Junta, foi assim. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Mais alguma intervenção ao ponto? Muito bem, vamos colocá-la à votação. -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com abstenção do Sr. Deputado José Vidal do Grupo Municipal do PS, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de Apoio à União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão e à Junta Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito da estrutura municipal de Proteção Civil do Município – ULPCBCA e ULPCVV.-----

----- **3.6 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo para limpeza de terras e execução de valetas na Travessa do Pardelo, em Barrô, e Construção de muros, passeios, valetas e aquedutos na Rua do Porto das Vacas, em Barrô;** -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, algum esclarecimento? Não. Srs. Deputados, alguma intervenção quanto ao ponto? Muito bem, passamos, então, à votação.-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo para limpeza de terras e execução de valetas na Travessa do Pardelo, em Barrô, e Construção de muros, passeios, valetas e aquedutos na Rua do Porto das Vacas, em Barrô.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **3.7 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para atribuição de Apoio Financeiro;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, algo em termos de explanação do ponto? Também não. Srs. Deputados, alguma inscrição para a intervenção no ponto? Muito bem, vamos, então, colocá-la à votação.-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, para atribuição de Apoio Financeiro.-----

----- **3.8 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração de Protocolo para a atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha, para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Aqui quero porque trata-se de um pedido de alteração do objeto do apoio. Como sabem, a Junta de Freguesia fez-nos um pedido para determinado equipamento, neste caso, era uma viatura automóvel de mercadorias e entendeu por bem trocar esse apoio pela aquisição de um trator e, pronto, o valor é exatamente o mesmo da comparticipação e, portanto, estamos aqui a fazer essa proposta de alteração, a exemplo do que já aconteceu noutras situações e com outras Freguesias. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto? Vamos, então, colocá-la à votação.-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de alteração de Protocolo para a atribuição de apoio financeiro entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Águeda e Borralha, para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022.-----

----- **3.9 Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para a 3.ª Prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a concretização da delegação legal de competências;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Alguma explanação do ponto, Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Penso que está muito bem explicado. Muito obrigado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados alguma intervenção para o ponto? Também não. Muito bem, vamos colocá-la, então, à votação.-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para a 3.ª Prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/Uniões de Freguesias para a concretização da delegação legal de competências.-----

----- **3.10 Tomada de conhecimento da Correção Material da 1.ª alteração à Revisão e Ampliação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão – Águeda.**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, está muito bem explicado o objeto desta situação e, tal como disse, é para conhecimento dos membros da Assembleia. E, portanto, qualquer dúvida que...-----

----- **Presidente da Assembleia:** O ponto é para tomar conhecimento, mas, ainda assim, podia querer usar a palavra para algum esclarecimento adicional.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Se alguém precisar de algum esclarecimento agora que eu estou disponível, mas penso que o ponto é absolutamente claro. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

----- Não se verificou qualquer inscrição para este ponto.-----

----- **3.11 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -

----- **Presidente da Assembleia:** E, então, sim, Sr. Presidente, tem a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Portanto, estou, naturalmente, disponível para qualquer dúvida. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Esclarecimento. Sim Sr., Srs. Deputados? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, mais uma vez, temos um relatório bastante extenso, mas tenho aqui algumas questões. Esteve o Sr. Presidente da Câmara na inauguração das instalações provisórias do mercado, como vem no relatório? É só para confirmar se foi engano ou se esteve lá, efetivamente. Há bocado perguntei e não fui esclarecido ou não percebi bem. Em relação à revogação da obra, a revogação da obra que vem nesta informação, foram aplicadas coimas ao empreiteiro pelos mais de cento e oitenta dias de atraso de início de execução da obra? O Sr. não respondeu. Uma terceira questão, porque é que a partida da Volta a Portugal em bicicleta em Águeda custou trinta e cinco mil



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

euros e na Mealhada custou vinte mil euros? A que se deveu essa qualificação de Águeda poder pagar mais quinze mil euros para a mesma partida, para os mesmos atletas da mesma forma? Temos dinheiro a mais, Sr. Presidente? Uma última situação. Falei aqui, já na última Assembleia, que sempre que o Sr. Presidente ou os Srs. Vereadores se desloquem ao estrangeiro, devem apresentar um relatório das suas deslocações com o objeto, porque é que se deslocam, quem são as pessoas que se deslocam, qual é o seu enquadramento e quais são as despesas efetivas que tiveram com essa deslocação. Um relatório sucinto, meia página dá. Li as informações do Sr. Presidente todas, há lá várias viagens ao estrangeiro, não há um único relatório dessas viagens. Portanto, já foi aqui solicitado, Sr. Presidente da Assembleia. Espero que solicite ao Sr. Presidente da Câmara, na próxima informação, uma coisa tão simples como esta, objetivo da viagem, quem foram as pessoas e que cargos desempenharam nessa viagem e as despesas da viagem. Portanto, não é muito, é só para uma informação porque nós não podemos fiscalizar aquilo que não sabemos. Portanto, era só isso. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Sr. Deputado, por favor.-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

----- “Boa noite Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, membros da Assembleia, público aqui presente. Em primeiro lugar, queria falar sobre a questão, que está na página nove da mensagem do Sr. Presidente, nomeadamente, a importância do protocolo para a elaboração da via Águeda-Aveiro. É uma luta de há muitos anos, tem sido conquistada, foi conquistada, mas eu queria aqui deixar um desafio. Eu faço essa estrada todos os dias. É evidente que é uma estrada que demora muito tempo, gastamos imenso dinheiro e o que vai acontecer com esta estrada é que, cada vez mais, vamos trazer viaturas para Águeda. Estamos a poluir, estamos a degradar o ambiente, estamos a aumentar o número de veículos, estamos a excluir aquelas pessoas que não têm automóvel e que não se conseguem deslocar. Viajei, tive a oportunidade de viajar por alguns países da Europa este verão, e percebi que Águeda é a capital da bicicleta, mas, aqui, poucas bicicletas temos comparadas com os restantes países. Trotinetas, então, imensas. Ainda hoje estive em Santa Maria da Feira, imensas trotinetas. Em Águeda, poucas se vêem, as que se vêem são particulares, penso eu. Alargamos a estrada e por que não a linha férrea? Porque o comboio é uma alternativa, só que é uma alternativa de um comboio com uma linha única, um comboio com horários reduzidíssimos, temos um às onze horas e outro quase às duas horas, portanto, quase três horas sem haver comboio. Precisamos de mobilidade, precisamos de preservar o ambiente e, portanto, um desafio, por que não o alargamento da via férrea? E por que não, também, quando falamos de mobilidade, porque as empresas precisam de pessoas, por que não, também, um metro de superfície que permita chegar a todas às Freguesias e que as pessoas se possam deslocar para o seu trabalho a um custo reduzido porque, hoje em dia, com a crise que existe e com o aumento dos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

preços dos combustíveis é incomportável as pessoas poderem fazer face às despesas. Na página trinta e oito, portanto, referíamos aqui ao AgitÁgueda, quero dar os meus parabéns pelo sucesso do “AgitÁgueda, um sucesso que, cada vez, está a crescer mais. Um AgitÁgueda que tem um pouco de mim, fui eu que pensei, propus e elaborei os primeiros planos de segurança para o AgitÁgueda. Fui eu que pensei, propus e instalei a primeira videovigilância no AgitÁgueda. Fui eu que pensei, propus e estive presente na emergência médica no AgitÁgueda, voluntariamente e, portanto, é um pouco de mim e fico muito contente que o AgitÁgueda tenha este sucesso. Só queria propor aqui, propor não, deixar uma ideia, já falei disto, aqui há uns tempos, com o Sr. Vice-Presidente, que era o alargamento do mesmo, nomeadamente, aos restaurantes que possam estar fora da tenda junto ao concerto, como é evidente, mas, que lhes permita continuar a servir refeições depois dos concertos continuarem, porque, assim que eles continuam, com a afluência de pessoas que existe, é quase que impossível servir refeições. Em relação ao Vouguinha, também é algo que está nesta mensagem. É, realmente, louvável, traz turismo, mas, também traz poluição, também traz risco de incêndio numa altura do verão em que o risco de incêndio é muito elevado. São mobilizadas equipas de diversos corpos de bombeiros para apagar o incêndio que o comboio vai deixando e, portanto, estamos a afastar pessoas, portanto, operacionais, que poderiam estar noutros teatros de operações e que não poderão estar neste sítio. Também queria dar os parabéns, porque, realmente, vejo que Águeda tem sido alcatroada, só faço é uma questão: e porque não Fermentelos? Estas estradas estão esburacadas há anos e anos, quase que não se vê um pouco de alcatrão. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? É só. Sr. Presidente, alguma coisa que queira... Sr. Presidente, quer... Sr. Presidente, estava a questionar se quer apresentar alguma coisa sobre o ponto?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Relativamente à questão do Sr. José Vidal, que falou naquela questão do preço da partida da Volta a Portugal, a informação que nós temos, mas, precisamos de a confirmar, não é essa, o preço em Águeda não terá sido superior, mas estamos a pedir essa informação. Em termos verbais, aquilo que nos disseram é que não é bem assim.-----

----- **Deputado José Vidal:** Não é assim? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Não é assim. Há qualquer coisa aí, esperamos para ver o que é que aconteceu, ok? E, naturalmente, fiquei eu próprio preocupado quando me fizeram uma coisa dessas, porque, atenção, não me parece que isso seja dessa forma. Aliás, há aqui qualquer coisa que seria a verdade ao contrário e, portanto, vamos ver o que é que acontece. Relativamente à questão da obra da Arrancada, eu penso que respondi cabalmente, não há nada a dizer, portanto, a obra não começou porque nós, Câmara Municipal, dissemos para não começar e, portanto, não faz sentido, se eu digo ao empreiteiro “- Não comece!”, a seguir múltá-lo, não faz sentido, é uma coisa inimaginável.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Depois, relativamente a outras questões, sobretudo, do Deputado Mascarenhas, é pá, eu queria, não sei, aqui tenho alguma dificuldade em responder. Eu queria-lhe dizer que o comboio entre Águeda e Aveiro, existem vinte e dois comboios por dia, vinte e dois! Vinte e dois por dia e dizia-lhe que, praticamente, muitas poucas cidades neste país têm vinte e dois comboios por dia numa ligação entre essa cidade e outra, muito poucas. Já agora, reitero o meu agradecimento a tudo aquilo que a CP tem vindo a fazer relativamente à linha do Vouga, tem sido um parceiro de excelência e vamos a continuar a trabalhar. E não queremos o metro nem queremos alargar a via, queremos a via métrica. É a única em funcionamento no país, inclusivamente, tivemos o cuidado de ir ver a outros sítios, nomeadamente, à Europa, para quê? para vermos boas soluções em via métrica porque é isto que nos diferencia. Já agora, uma nota, se gostamos tanto do nosso comboio histórico, se alargarmos a via ele, depois, já lá não anda. É que nós temos que pensar em tudo e, portanto, acho assim. Um metro para onze Freguesias, um metro de superfície isso é um transporte para massas e, portanto, não é entre as nossas Freguesias que nós vamos conseguir alimentar um metro de superfície. Portanto, nós temos que ter alguma tranquilidade e percebermos aquilo. Relativamente às obras em Fermentelos, quero-lhe dizer que estão máquinas a começar as obras em Fermentelos. A Rua do Vieira está a começar. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Estamos, então, encerrados quanto aos pontos que constam da ordem do dia. Pronto e, entretanto, terminam os nossos trabalhos, não sem antes vos agradecer o empenho e a dedicação que dispensaram a esta Assembleia e ao tratamento dos seus pontos, com elevação e cordialidade, desejando a todos um bom fim de semana e um resto de uma boa noite. Muito obrigado a todos. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas vinte e três horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: